

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

**ENTRE O NATURALIZADO E O DESNATURADO:
DESLIZAMENTOS DE SENTIDO EM RELEITURAS DE
PROVÉRBIOS**

MARIA ALICE PINTO DOMINGUES

Prof^a Dra. Freda Indursky

Porto Alegre

2011

**ENTRE O NATURALIZADO E O DESNATURADO:
DESLIZAMENTOS DE SENTIDO EM RELEITURAS DE PROVÉRBIOS**

MARIA ALICE PINTO DOMINGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof^ª Dra. Freda Indursky

Porto Alegre

2011

Dedico este trabalho à minha família: minha mãe, meu pai, meus irmãos Marcelo e Kely, meu sobrinho Kauã, mas em especial às minhas avós Esther e Alice (in memoriam) e Marieta, grandes referências da minha existência. Também a todos os amigos que tornaram a jornada mais florida e menos penosa. Em especial Rosmery e Patrícia (mais que irmãs) ao Luiz e aos casais nota dez Ariadne e Rafael, Juliana e Daniel pelo apoio e amizade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeira e imensamente à minha orientadora, professora Freda, pelas enormes dedicação e paciência demonstradas neste longo percurso, à professora Maria Cristina Leandro Ferreira por ter me “apresentado” à AD, a todos os demais professores que, de uma forma ou outra, contribuíram para minha formação e aos colegas, com quem aprendi, por vezes, muito mais que com os livros. Não menos a Deus, sempre presente e tão mencionado neste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho, objetiva-se proceder a uma análise de cunho discursivo do discurso proverbial – tomando por ferramentas alguns conceitos-chave da AD francesa – em específico, enquanto recorte, de dois provérbios e algumas de suas releituras, procurando mostrar os deslizamentos de sentido aí implicados, o processo de desvio através do qual os dizeres migram, deslocam-se, mudam de posição dentro de uma mesma Formação Discursiva e até, dependendo do grau em que tal desvio se dê, passam aos domínios de outra, oposta, concorrente. Também abordamos a questão das diferentes tomadas de posição do sujeito, propostas por Michel Pêcheux, no que tange ao referido processo de deriva dos sentidos. Identificamos dois tipos de desvio, no que concerne, especificamente, às releituras de provérbios, baseados, ambos, em jogos de linguagem, a saber: lúdico (o jogo pelo jogo) e militante (o jogo com objetivo). Buscamos então apresentar, relacionando com nossa questão maior (a mudança) duas estratégias opostas, postas em ação, via de regra, quando da deriva dos sentidos, quais sejam: Captação e Subversão, ambas inerentes ao desvio dito militante. Por fim, tentamos apontar enquanto uma propriedade do discurso proverbial o trabalho marcadamente imagético, a produção, via língua, de verdadeiros “quadros significativos”, em cuja composição propomos, como hipótese, uma superposição de camadas, uma latência de sentidos, o que seria uma explicação possível para a grande capacidade expressiva, a despeito do sintetismo da forma, dos exemplares de linguagem que nos propusemos a analisar aqui.

Palavras-chave: Discurso. Provérbio. Releitura. Formação Discursiva. Desvio. Deriva.

“Está provado, quem espera nunca alcança”.

Chico Buarque

SUMÁRIO

PARA COMEÇO DE CONVERSA.....	9
DESENVOLVENDO A QUESTÃO.....	17
AO RECORTE, ENFIM?.....	27
ANTI-PROVÉRBIOS DO MUNDO, UNI-VOS!.....	41
À GUIA DE CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

PARA COMEÇO DE CONVERSA

Este trabalho marca o encerramento de uma etapa. Serve de ponto (quase) final a um processo de construção de conceitos, em forma de curso de graduação. Como tal, tem por objetivo constituir-se uma amostra teórico-prática do processo de aprendizagem, da caminhada desenvolvida durante o curso que ora se encerra.

A área de conhecimento escolhida, dentre as tantas que nos foram apresentadas, para o desenvolvimento deste trabalho foi a Análise do Discurso – em específico a corrente francesa, tributária dos estudos de Michel Pêcheux. É segundo e seguindo os critérios-conceitos-práticas-propósitos dessa “desdisciplina” que este trabalho irá sendo construído.

Seguindo a proposta, de trabalhar mais detidamente um assunto em monografia de conclusão do curso, pretendo empreender uma análise, de cunho discursivo, valendo-me para tanto das ferramentas disponibilizadas por esse espaço de investigação movente e movediço que é a AD.

Meu objeto para tal análise será o provérbio ou dito popular. Mais especificamente algumas das releituras que podemos encontrar de tais provérbios, partindo do que chamarei aqui (já num gesto de análise) de “provérbio original”, os desvios de sentido a partir deste, enquanto materialidade discursiva.

A proposta aqui é que discursivizemos tais exemplares de linguagem e, em tal percurso, trabalhem, à medida que forem sendo mobilizados, alguns dos conceitos-chave da AD. Um exercício final de leitura – escritura – leitura.

Assim que – e aqui cabe uma reflexão que diz respeito, afinal, à prática docente para a qual este curso nos habilita – talvez fugindo um pouco ao esperado, não pretendo dividir a “organização” deste trabalho em capítulos que se delimitem (e/ou esgotem) em meras, formais e bem acabadas definições. Não há de se ver aqui um conjunto discreto (no sentido matemático do termo) de definições estanques e ‘muito a propósito’ porque unidas por uma fórmula. Não. Este trabalho – assim como a Educação, em última análise, daí o paralelo com a prática em sala de aula – não é mais que um processo. Um diálogo, uma troca. E há de apresentar-se enquanto tal. Definir é preciso? Certamente. Mas acredito que definição é também um processo. Então, é em meio ao processo de construção deste trabalho que, à medida que forem necessários, os conceitos-ferramentas da AD serão mobilizados. E agirão.

Esta análise e a maneira como há de ser desenvolvida pode, pois, num primeiro

momento, parecer estranha, difícil de conceber. E é. Pelo menos ainda, se pensarmos na atual configuração padrão de um trabalho “acadêmico” por excelência (onde o conhecimento é tratado, mais do que com seriedade, com certa sisudez). O aluno-autor deve portar-se aí de forma “científica”. De preferência, deve mesmo “sumir” para dar visibilidade apenas e tão somente àquilo que (re)produz em seu trabalho. Mero veiculador de algo a que, ao fim e ao cabo, não tem de fato acesso. Posto a obra “científica” ter de ser “limpa”, não deve ter sido “contaminada” pela temida subjetividade, marca de atuação ou estilo de seu pseudoautor.

Não vejo as coisas assim. Acredito que a ciência venha da busca, da inquietação, da vontade constante de desestabilizar, de fazer diferente, de descobrir novas maneiras. A ciência é incômoda. Faz-se por heresia. E como tal, pode e deve incomodar. Assim há de ser, embora correndo riscos. Mas é preciso ousar. Aliás, a escolha do tema, o recorte que embasará a análise deve-se mesmo a uma certa “rebeldia”. Que seja assim é plausível em um trabalho que se assume desde sempre vinculado à AD, afinal, o surgimento (e o dia-a-dia, o momento atual, a característica marcante, enfim) de tal domínio do saber é fruto de uma série de “ousadias”.

Cabe dizer que neste momento você é meu leitor-virtual. Esse ilustre ser – inevitavelmente imaginário – que este texto-diálogo tem por interlocutor, para quem, afinal, ele é ou pretende ser escrito, e que, enfim, é seu coautor. E você estará se perguntando: “Mas ora bolas, para quê tantas explicações? Qual é, afinal, o assunto/recorte deste raio de trabalho? Que título esquisito é esse? Naturalizado e *Desnaturado*?! (calma, não foi erro grotesco de digitação, mas escolha. Até porque, Virtual, tal forma existe e denota o sentido em que pensaste já lá no título. Mas hei de explicar-te o porquê). Por que foi escolhido? Onde está a “rebeldia”?”

Muito bem, Virtual! Suas dúvidas têm plena razão de ser. Explico.

Falemos, pois, a respeito da escolha do tema deste trabalho. Sofrida escolha. E, como se presume, de forma alguma inocente (nenhuma escolha é). Visa à representatividade e diz respeito à minha leitura/escritura de mundo.

Desde sempre os provérbios me intrigaram. No início, irritavam-me, é bom que se diga. Estavam relacionados a uma forma comodista e acomodada, quase ditatorial, de ver as coisas: negativos, pois. Necessariamente negativos. E malvados, arrogantes, presunçosos... Acreditavam-se os donos da verdade, ora pois... Sempre, esses ignóbeis espécimes serviam para me prejudicar. Sempre. Perseguiam-me. Digo como.

Desde muito cedo, minha avó – que muita falta me faz e que tão presente se

encontra em mim... nenhum paradoxo, apenas uma espécie de falta constitutiva, já que, plagiando Manoel de Barros: “Tem mais presença em mim o que me falta”(BARROS, 2010, P. 345) – foi minha grande referência. Parecia-me (e confesso que ainda parece) que trazia em si e era capaz de desvendar todo e qualquer mistério que houvesse no mundo. Um porto seguro, a sabedoria que, encarnada em forma de gente, além de tudo sabia e era capaz de amar. E me amava! Não podia haver maior e mais eficiente autoridade que essa. Tudo o que dizia era lei para mim. Incontestável (e, talvez por isso mesmo, tantas vezes contestado...). Os primeiros ditos populares, os primeiros provérbios, as primeiras metáforas com que lembro ter tido contato foram “culpa” dela.

O tanto de música e poesia que trago na alma estão, na minha memória, associados à figura da minha querida avó. São, pois, culpa dela. É estranho como é a voz dela que “ouço” cada vez que penso num desses ditados populares/provérbios que me disporei a analisar aqui. Leitura sensorial (o olhar sério, o sorriso malicioso, a voz sempre forte) leitura emocional (o medo, a raiva às vezes, sempre a curiosidade, hoje a saudade) leitura racional (o desejo, que sempre movia a tentativa de descobrir o que aquelas “imagens-palavras” queriam me dizer, afinal). Analisar, eu disse?

Os racionalistas condenariam, talvez, a utilização de um termo tão “sagrado” quanto análise (Descartes que me perdoe se profano seu sacrossanto arcabouço teórico) para falar do - perigoso, é verdade, e por isso fascinante, penso eu – domínio das emoções. Numa análise que se pretenda séria (e, portanto, diriam tais sábios, de verve cartesiana; cá entre nós, Deus me livre de tal pretensão!) não se considera, não se pode permitir que a emoção seja fator de “contágio”, que provoque no analista a grande “doença” da Ciência: a tão temida (quanto certa) falta de neutralidade. Não sei se devemos contar a eles, pode ser um choque grande demais, mas, eu sei, e você também sabe, Virtual, que tal “doença” não tem cura. E pior, não tem sequer vacina. Não sabem – os sábios – que, além da morte, a única certeza que temos é a de que jamais seremos neutros. Estamos todos nós (cartesianos ou não) fadados a morrer de falta de neutralidade (crônica em alguns casos, no meu em específico, fulminante em outros). Herege ou não, sigo em minha análise.

Pois era quase sempre se valendo dessas *malvadas criaturas discursivas* que minha avó acabava com a minha festa, fazia-me desistir ou me conformar, frente a uma situação “irreversível”, quando criança.

Assim, quando eu queria mais de um presente na loja: “*Quem tudo quer, tudo perde*” ou ainda “*É de grão em grão que a galinha enche o papo*”. Se quisesse dormir

mais cinco minutinhos em vez de levantar e ir à escola: “*Deus ajuda quem cedo madruga*”. Justificando-se com a vizinha por um castigo em mim aplicado: “*É de pequeno que se torce o pepino*”. Ou ainda, querendo que me acalmasse, que desse tempo ao tempo em uma situação de indignação: “*Nada como um dia após o outro, pois é com o andar da carruagem que as abóboras se acomodam*”. Eu lá queria saber de pepinos ou abóboras? Que se explodissem as tais galinhas e seus papos semivazios!

Estavam, assim, os tais provérbios, sempre ligados a uma situação negativa. Representavam a tal ‘sabedoria’ que só servia mesmo para fazer as coisas ficarem como estavam, ou ainda piores, sábia apenas para os “poderosos”, detentores do poder econômico, religioso, político e quiçá moral. Pedagógicos, no mau sentido mesmo. Na linha do “deixa-disso”, pois mais-vale-um-pássaro-na-mão-que-dois-voando-e-quem-espera-sempre-alcança, então deixa as coisas como são, tais espécimes só faziam “atrasar o progresso”, pensava eu.

Para mim, valiam as célebres e corretíssimas palavras (que eu usava, aliás, para retrucar com minha avó): “*Quem não chora, não mama*” ou “*Quem não arrisca, não petisca*”, exemplos de provérbios, sim, mas que surgiam como as exceções que serviam para confirmar a regra que formulei na época: *Provérbios são do mal, opressores, são os EUA da língua*. Mantenedores, por excelência, de um estado de coisas injusto, elitista, ruim.

Ocorreu-me então, a certa altura dos fatos, que deveria haver um seu oposto, uma “arma languageira do bem”, oprimida até então pela força do provérbio, mas que seria o motor da revolução, movida esta, por sua vez, pela força do novo, da mudança, da justiça, enfim: o anti-provérbio¹. Foi meu herói de infância: justo, belo, forte.

Descobri então meu anti-provérbio, meu herói por excelência: eram as paródias de provérbios – releituras que se valem das mesmas armas, pois que são enunciados praticamente idênticos ao provérbio a que chamo aqui, como já disse, para fins de análise apenas, “original” (com todo o cuidado que tal termo merece ao ser utilizado em um trabalho que se pretenda filiado à Análise do Discurso).

Marxista, comunista que sempre fui: Anti-provérbios do mundo, uni-vos!

Crescendo, amadureci minha ideia de “revolução anti-proverbial” – passei a observar o *inimigo* com mais atenção: era preciso estudar seus estratagemas, seu

¹ Apesar do presente trabalho ter sido revisado e estar de acordo com as novas normas vigentes do Acordo Ortográfico, optei por manter as formas “anti-provérbio” e “anti-proverbial” para poder chamar atenção ao prefixo, como ficará claro mais adiante.

mecanismo de ação, para depois, e só depois, com o devido conhecimento de causa, e sob a égide da releitura/reescritura, agir. Assim foi que, no auge da adolescência, bradava “Morte aos Provérbios”! Mas, é verdade, as coisas foram mudando... Meu herói da infância combatia, sim, meus inimigos, os provérbios, mas, ao invés de matá-los, como eu pretendia, trazia-os de volta a cada vez que surgia, revitalizando-os, pois dependia deles para significar. Fazia-os necessária e inevitavelmente ressoar.

Hoje, o fato é que, como não pude com eles... Cá estou, estamos, você e eu, meu querido Virtual, unidos a eles! Em clima, não de ALCA (não exageremos), mas de... ONU, digamos.

Da fase de “observação do inimigo”, ficaram muitas das impressões que você e eu analisaremos aqui, caro Virtual. O fato é que hoje, passada a contestação, instaurada a contemplação, devo confessar que, numa leitura emocional, os tais provérbios me trazem saudade e, numa leitura racional, inquietam-me.

Configurado o incômodo, façamos dele nosso motor.

Pensemos primeiramente nos provérbios em geral e posteriormente passemos ao recorte já mencionado que servirá de base ao desenvolvimento da análise a que este trabalho se dispõe. Uma espécie de exercício prévio de análise, onde mobilizaremos, talvez, mais de um conceito-chave da AD. Sem, no entanto, ocuparmo-nos ainda de sua definição teórica (o que faremos, talvez, quando da análise propriamente dita, do recorte escolhido). Sim, você supôs certo como sempre, Virtual. Estou fazendo isso de propósito. Para que teoria e prática apareçam juntas. Vamos ao exercício?

O que constitui um provérbio, um dito popular? Frase feita. Estrutura fixa. Sentido pretensamente fixo, naturalizado. Dado. Imagens congeladas num sentido que (aparentemente) não se constrói, mas está.

Trabalhem, pois, um pouco com alguns. Vejamos se é mesmo bem assim.

“Uma andorinha só não faz verão”

“Os últimos serão os primeiros”

“O pior cego é aquele que não quer ver”

“Em terra de cego, quem tem um olho é rei”

“Mais vale um pássaro na mão que dois voando”

“Quem ri por último, ri melhor”

O que caracteriza os ditos populares/provérbios, poderíamos também dizer, é

justamente o fato de serem reconhecidamente da ordem do anonimato, algo que “não se criou” mas que parece, isso sim, sempre ter existido, sempre ter sido. Têm, assim, autoridade. A autoridade que lhes confere o tempo, talvez, mas também (e certamente) a naturalização da ideologia que veiculam ao longo desse tempo. Dispersas no Interdiscurso, tais formas significativas circulam e encontram-se disponíveis para serem “usadas”. Têm, pois, caráter prático. Sugerem e, assim, dizem mais (e melhor) do que se disséssemos “claramente”.

Quase nunca nos questionamos a respeito do sentido (sim, no singular) de tais provérbios. Muito tempo depois de ter “lido” a voz, e o olhar, e o medo, e a saudade, e o *ser* minha avó é que fui ousar me perguntar se “os últimos serão (de fato) os primeiros” e mais, algo que nunca tinha antes me ocorrido: primeiros em quê? Por quê? Confesso que hoje ainda é complicado questionar, uma vez que “*uma andorinha só não faz verão*” e, para complicar, nem andorinha eu sou... Eu sei, eu sei, estou questionando, mas eu disse quase, lembra?

Enquanto anônimas e, portanto, aparentemente não marcadas ideologicamente, tais formas servem, ao que parece, para corroborar a ordem vigente. Penso, então, que possamos situá-las numa Formação Discursiva cujo eixo ideológico é o do conformismo, que aponta para a manutenção da ordem (im)posta. A relação (já muito discutida, aliás) que se estabelece numa sociedade qualquer em que haja dominadores e dominados pode ainda servir aqui para fins de análise. Dominadores veiculam e mantêm atual o discurso do conformismo de que falamos aqui. Dominados se submetem em princípio. Em princípio.

O discurso que tais provérbios materializam é, como dizia, conformista. Aponta para a manutenção da ordem, uma vez que, deixando a possibilidade de ação de lado, ou joga a resolução dos problemas que se apresentem para o tempo, um tempo futuro (remoto) – daí formas como: “*os últimos serão os primeiros*”, “*a justiça tarda mas não falha*”, “*nada como um dia após o outro*”, “*quem ri por último, ri melhor*” – ou apela para o mágico : “*a fé remove montanhas*” (fé, e não o questionamento, a tentativa de mudança, via compreensão dos mecanismos político-ideológico-sociais sobre os quais se sustenta o poder, a fé e não a ação), “*Deus escreve certo por linhas tortas*” – ou ainda, o que me parece pior, apregoa a conformação, o contentar-se com o que se tem como meio mais seguro, menos arriscado (no que vejo um certo tipo de advertência quase ameaçadora) donde as formas: “*Quem tudo quer, tudo perde*”, “*Mais vale um pássaro na mão do que dois voando*”, “*Dia de riso, véspera de choro*”.

Têm, pois, como já se disse, tais ditados um certo caráter pedagógico.

Cumprem uma função. De reprodução e sedimentação do sentido autorizado. Apontam para a naturalização da ideologia (e do estado de coisas) que os embasa.

Sentidos *Naturalizados*, pois.

O leitor virtual, aquele que se constitui no momento mesmo da (re)escritura/(re)produção do texto, de tais ditados (não você, caro Virtual, mas um outro) é, assim, um “dominado” que se contenta (ou deve contentar-se) com o que tem (com seu magro pássaro na mão), uma posição-sujeito que muito não quer, pois não pode correr o risco de tudo (um tudo que se limita ao magro pássaro) perder. Um bom-sujeito que não ousa buscar um dia de riso, para que seu dia seguinte não seja de choro. Uma andorinha que, sozinha, deve conformar-se em viver num eterno inverno social até que, última que é, um dia (sabe-se lá quando) venha a ser primeira (sabe-se lá em quê). Isso parece posto, dado. Esse é o efeito de sentido proposto (eu diria imposto).

Mas os sentidos são inquietos, não se submetem, não querem e não podem ser controlados, selvagens que são. Afetados pelas diferentes (e as diferenças presentes em cada uma das) formações ideológicas, pela historicidade que os constitui. Deslizam entre/nos diferentes domínios discursivos, migrantes e inquietos que são.

Assim é que surgem, em contrapartida e apesar da tentativa de cristalização de que falávamos ainda há pouco, formas concorrentes, da ordem, senão do lúdico, pelo menos do polêmico:

“Os últimos serão desclassificados”

“Mais vale um pássaro na mão que um papagaio (promissória) na praça”

“Quem ri por último não entendeu a piada”

“O pior cego é aquele que não toca sanfona”

“Em terra de cego, quem tem um olho é caolho” ou

“Em terra de cego, o trânsito é uma loucura”

Apontam, tais formas, para a ruptura, se não para a escritura, ao menos para uma reescritura da ordem do polissêmico, uma vez que desfocam a imagem, brincam com o(s) sentido(s). Deslocam, pois, os dizeres e, no extremo, mudam o eixo ideológico para o âmbito/discurso de outra FD.

Estamos, assim, em regiões ou ao menos em posições diferentes do dizer.

Releituras, então, (ao menos as dos provérbios, as que fazem parte do recorte a ser analisado neste trabalho) fazem com que os sentidos passem de Naturalizados a sentidos que resolvi chamar aqui *Desnaturados*.

Cabe uma observação que talvez explique o estranhamento causado pelo título. Esperavas ler por lá “Entre o naturalizado e o desnaturalizado”, não? Lógico que sim. Pois é, eu, se fosse você (mas infelizmente não sou) também esperaria. E então?

Então explico. Bem, o fato é que escrevo aqui para nós dois, Virtual, e, ousou dizer, (chego mesmo a me iludir pensando que) escrevo mais para ti do que para mim, então, pretendo que possas, senão apreciar o que escrevo, ao menos compreender o que proponho. Comentários desnecessários à parte, passo à “observação cabível” anunciada para esclarecimento do (bendito) título.

Pois escolhi relacionar Naturalizado a Desnaturado justamente pela carga semântica deste último, relacionada, via de regra, a uma ideia negativa, de deturpação do “natural”, de crueldade (!) e até depravação moral que este último traz em si, remetendo, também, à ideia de filiação (filho desnaturado, e não desnaturalizado). Senão vejamos. Vamos ao termo segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss:

Desnaturado: “adjetivo 1 que se desnaturou

1.1 cuja natureza e/ou características foram profundamente alteradas

1.2 Rubrica: bioquímica, genética. que sofreu desnaturação (diz-se de molécula)

1.3 Rubrica: química. que teve suas propriedades adulteradas (diz-se de substância, produto etc.)

Ex.: sal d.

1.4 de natureza moral depravada; perverso, cruel, desumano

Ex.: conduta d.

adjetivo e substantivo masculino

2 que ou aquele que é destituído dos sentimentos considerados como naturais do homem

Ex.: <pais d.> <só mesmo uma d. abandonaria os filhos>”

(OBJETIVA, 2002)

O que proponho já lá, desde o início é, então, em última análise, resumível em duas imagens básicas: De um lado a figura do Pai, conservador e severo (Provérbio) e, de outro, a de um Filho contestador e (por isso)... Desnaturado!(Provérbio em releitura).

Taí o porquê. Meu porquê. Nosso porquê, de agora em diante.

Feito o exercício em conjunto, passemos à análise propriamente dita.

DESENVOLVENDO A QUESTÃO

Demos nomes aos bois: recorramos às possíveis e já disponíveis definições daquilo que venho, displicentemente, é verdade, chamando aqui de provérbio. Primeiro o que vem antes, como diria minha avó, o comum, o “amansa-burro” (que não amansa de fato nada, aliás, mas isso já é outra história): Dicionário Houaiss:

provérbio: “substantivo masculino: **1** frase curta, ger. de origem popular, freq. com ritmo e rima, **rica em imagens**, que sintetiza um conceito a respeito da realidade ou uma regra social ou moral (p. ex.: *Deus ajuda a quem madruga*) **2** na Bíblia, pequena frase que visa aconselhar, educar, edificar; exortação, pensamento, máxima Ex.: livro dos Provérbios” (OBJETIVA, 2002, grifo meu)

Não chega a ser de todo má, devemos admitir, mas nós dois sabemos que nada é, afinal, mau de todo. O caso é que não nos amansou, não é? Que bom, mostra que não somos burros, afinal... E é assim, nada mansos, que seguiremos.

Aprofundando um pouco mais a questão, recorramos a uma autora que trabalhou detida e especificamente com os provérbios, Regina Rocha que, em seu livro: *A Enunciação dos Provérbios* diz:

O provérbio pode ser reconhecido por suas características formais e semânticas. Formalmente é um verso ou quase verso, apresentando muitas vezes rima, assonância, metáforas, estrutura geralmente bimembre, elipse, etc. Do ponto de vista semântico “deve encerrar uma mensagem admoestadora ou um conselho”, segundo Steinberg. (ROCHA, 1995, p.11)

Mas prossigamos o processo de definição e, da Teoria da Enunciação à qual a autora se filia, passemos à Análise do Discurso de vertente francesa (AD), herdeira dos estudos de Michel Pêcheux, área de investigação à qual, como já se disse, este trabalho pretende vincular-se, dada sua carga de contestação, de inquietude, de busca mesmo, sugerida, penso eu, até aqui.

Recorramos, pois, a uma autora de inspiração discursiva, uma analista do discurso, Leda Tfouni, que, em meio a um estudo que empreende acerca de letramento e alfabetização, apresenta-nos aquilo que chama de genéricos, ou “fórmulas discursivas genéricas ou *clichês* (entendidos como máximas, provérbios, axiomas, slogans e ditos populares em geral)”. (TFOUNI, 2006, p. 79)

Leda começa, no texto em questão, por aproximar os genéricos presentes nos silogismos (que define como estruturas clássicas do raciocínio lógico) das formas genéricas que aparecem nas narrativas orais de adultos e adolescentes não alfabetizados (onde figuram, como se disse, os ditos populares, por exemplo) considerando estes últimos enquanto alternativa para o discurso lógico altamente letrado (aquele dos silogismos). A respeito dos genéricos dos provérbios:

A função desses genéricos é, portanto, de *transportar* sistemas de valores e crenças, de cultura para cultura, de geração para geração. A sua aparente descontextualização é enganosa, visto que eles se prestam ao uso em inúmeros contextos. São, portanto, fórmulas genéricas *abertas*, ao contrário dos genéricos dos silogismos, que são *fechados*. (ibid., p. 80, grifos da autora)

Aproxima, mas depois os afasta.

E é preciso dizer, então, que, apesar de concordar plenamente com a proposição inicial do conceito de genéricos advindos/presentes no discurso da oralidade, nas narrativas populares (donde os provérbios), divirjo de certa maneira, no entanto concordando em vários pontos, da análise que a professora Leda desenvolve a partir do conceito. Vamos à medida da divergência: Tfouni coloca, como vimos, os genéricos (e entre eles o provérbio/dito popular) como formas *abertas* quanto à significação. Parte da aproximação dos conceitos, mas ao final, busca a diferenciação/oposição entre os genéricos presentes no silogismo colocando estes enquanto formas que tendem/buscam o fechamento no que tange à significação em oposição ao provérbio, que classifica como forma que tende à abertura.

Não vejo assim. Minha percepção é um tanto diferente (talvez não oposta, não de todo). O fato é que não vejo os provérbios – não ousar falar aqui de todos os genéricos, posto que ainda não refleti o bastante sobre as demais formas languageiras abarcadas pelo conceito – como formas que tendam à abertura, mas sim, de certa maneira, a um *fechamento*, uma *crystalização* no tempo/espaço não só da forma - que é sempre a mesma, com pouca ou nenhuma variação, não importa o ambiente discursivo em que apareça (têm mesmo, eu diria, em relação à forma e ao funcionamento, um certo quê de lexical, como se palavras, e não expressões, fossem) - mas também do (efeito de) sentido (sim, você leu certo, Virtual, eu disse o sentido, no singular mesmo) que pretendem produzir/veicular.

Assim, não vejo oposição, mas proximidade.

Dizer que “Devagar se vai ao longe” é, necessariamente, atrasar a marcha. Não se pretende aí que sejam múltiplas as possibilidades. Assim como não se pretende que sejam para “O plástico não enferruja” (exemplo de genérico presente no silogismo utilizado pela professora Leda no texto em questão, p. 78). Não vejo grande diferenciação.

O fato é que nós, eu e você, Virtual, sabemos bem que um provérbio, tomado como peça discursiva, diz muito mais do que “o sentido” que traz nas linhas e entrelinhas (o que não tem a ver com a abertura referida anteriormente).

E é como peça discursiva que pretendo tratá-lo aqui. Abordaremos o provérbio, ele mesmo (valendo-nos do efeito de origem mencionado anteriormente) e aquilo que já chamamos aqui e continuaremos chamando (até que nome melhor se apresente) anti-provérbio (numa clara homenagem à minha rebeldia de outrora).

Partamos do provérbio “original” para definir nosso anti-provérbio (que seja assim é relevante, uma vez que o mesmo constitui-se também assim, partindo do “original”, nominando-se, também, pela simples anteposição de um prefixo àquele). Tal qual o provérbio ele mesmo, o anti-provérbio apresenta-se formalmente como uma estrutura bimembre e rimada que reproduz, até certo ponto, o provérbio original. A mudança se dá, geralmente, na segunda e última parte do enunciado, o que auxilia no efeito humorístico que tais formas em geral provocam, pela via da subversão, da quebra de expectativa.

Subversão, eu disse. Anotemos isso.

Pois bem, como já disse, o que nos interessa aqui é analisar discursivamente os provérbios e suas releituras, tomá-los enquanto *discurso*. Para tanto, acredito ser interessante definir o termo, já que nos valem dele. E aqui vem outro dos meus reparos...

Pois bem, Orlandi, que você certamente leu, quando aborda o referido conceito (o Discurso) em seu livro intitulado *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos* diz ser a língua “condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2003, p. 22). E de fato, em se tratando de definições, o comum, o normal até então (com algumas exceções) tem sido considerar a materialidade discursiva enquanto união, junção, encontro de duas outras ordens de materialidades, a saber: a histórica e a linguística.

Pois concordo. Quase plenamente. Quase (tudo bem, tudo bem, confesso que concordo plenamente, o quase dar-se-á apenas e tão somente para fins de desenvolvimento deste pouco pretensioso trabalho). Meu reparo é o seguinte: Apenas

trocaria (insisto: tão somente para fins de desenvolvimento da reflexão possível para os limites deste trabalho) uma única palavrinha por outra. Se aceitares, proponho que troquemos *língua* por *linguagem*. Ponto pacífico entre nós, Virtual, seja que, quando Orlandi nos fala em língua, ela não está pensando na Língua Sistêmica (e asséptica, forjada a partir dos estudos de Saussure). Sabemos que já passou por profunda reflexão que sobre língua fez o mestre Pêcheux. Reflexão e desenvolvimento que vão além do alcance deste modesto trabalho, insisto. Sei que agora é a vez de concordares comigo (nem que seja apenas quanto à recente adjetivação deste trabalho). Sem maiores resistências, imagino.

Pensemos no mestre Pêcheux. Recorramos à definição que nos apresenta, posto ser, dentre todas, a que mais nos agrada/satisfaz para as pretensões deste trabalho: “Discurso é efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1969 *apud* GADET F. e HAK, T, 1997, p. 82).

Sentido não é propriedade particular, “pessoal e intransferível”, da língua, e nisso, sei, estamos de acordo. O sentido é selvagem demais para ser domesticado, ter um dono ou senhor.

Somos mesmo estruturados por linguagem. Significamos e somos significados graças a ela. A elas, porque múltipla, plural. Quando falamos de linguagem em geral, além da língua, ela mesma, estamos falando em tudo o mais que (se) faça sentido. Imagem, Música, Gestos, Arte, Gente... são várias as modalidades (se é que podemos chamar assim) de linguagem. E, se a condição de possibilidade do discurso for a linguagem, não apenas a língua... Várias também serão as possibilidades de discurso, de materialidades discursivas. De acordo? Eu sabia que sim.

Assim, feito tal reparo, fica melhor pensar aqui os provérbios, pois que são formas que têm, é claro, materialidade linguística e histórica, mas têm também uma essência frequente e oportunamente imagética. Aí, aliás, reside o real trabalho deste trabalho. Explico.

Enquanto formas que representam, segundo o senso comum, “a sabedoria das nações” e como tal servem, principalmente, enquanto “ensinamento” advindo da experiência alheia (lembramos a definição supracitada, proposta pela professora Leda), através dos tempos (imemoriais, aliás) tal ensinamento, parece, fica mais fácil de ser “assimilado” se expresso por imagens², exemplos “visíveis” e portanto incontestáveis,

² Mais adiante hei de trazer à cena a reflexão sobre o papel da imagem enquanto elemento capaz de trabalhar a memória que faz Jean Davallon. Aguarde-nos, Virtual.

metáfora assumida como tal e que, assim, pode figurar nos mais diversos ambientes discursivos, porque ampla.

Daí, talvez, agora me ocorre, a proposição da professora Leda de que seriam formas que tendem à abertura. Formas “democráticas” (pois, sim). Mas tal “amplitude democrática”, a meu ver, não é mais que proposital. Mais do que isso, diria até que ela é “calculada”. Imagens superpostas, *quantum* significativo altamente concentrado, sim, sintético e ao mesmo tempo decomponível em diversas camadas. Sua significação, contudo, é (desde sempre) controlada, direcionada, fixada via naturalização da Ideologia, por óbvio (literalmente).

Diz sem dizer. Mostra. Dá (se) a entender. E assim, impõe-se. Naturaliza-se.

Há como não “ler” (daí a oposição silogismo/provérbio, talvez, uma vez mais), não há como não “ver” (a não ser que estejamos falando do pior cego...).

Reforcemos isso, não há como não ver. Retomaremos adiante.

Acima de tudo, não há como fugir à (aceitação da) interpretação...

Bom, disse tudo, fiquemos com a ideia mais ampla de discurso/materialidade discursiva. E analisemos os provérbios de nosso recorte enquanto tal, enquanto materialidade discursiva. Vamos a eles? Já é mais do que hora...

Entre os muitos provérbios e suas releituras disponíveis, alguns, inclusive, já mostrados no exercício que precedeu esta análise, escolhi trabalhar aqui exemplos que me pareceram mais interessantes ao desenvolvimento da questão. São aqueles que apresentam origem/fundo religioso (um deles é retirado da Bíblia, do livro intitulado Provérbios).

Meu filtro, pois, foi o discurso da *Igreja*. Não há como não interpretar, eu disse? Também não há como não ser levado a interpretar. Sempre somos. Desde sempre o fomos. Para sempre seremos. Não há “fuga” real. Muito menos quando o lugar a partir de que se fala é um Aparelho Ideológico de Estado.

Sim, boa ideia, ocupemo-nos de sua definição.

Conceito proposto por Althusser, um dos importantes teóricos de inspiração marxista, cuja reflexão serve(iu) à “delimitação”/definição/constituição da AD enquanto (des)disciplina, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) podem ser definidos tendo por base e dando sequência às reflexões da Teoria do Estado de Marx.

Para embasar a reflexão acerca da necessidade de reprodução das condições/relações de produção para manutenção do Estado e da classe dominante enquanto tal, mais que isso, buscando explicitar qual o mecanismo, sobre qual estrutura

isso ocorre é que o pensador desenvolve a teoria. Vamos a isso.

Em complementaridade ao conceito de Aparelho de Estado (proposto na referida teoria de Marx) Althusser diz o seguinte:

Para se avançar na teoria do Estado, é indispensável ter em conta, não só a distinção entre *poder de Estado* e *aparelho de Estado* (AE, que compreende o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado) (...) mas também outra realidade, que se situa manifestamente do lado do aparelho (repressivo) de Estado, mas não se confunde com ele. Designaremos esta realidade pelo seu conceito: os aparelhos ideológicos de Estado. [...que correspondem a] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.” (ALTHUSSER, 1980, p. 42, 43)

Passa, então, a listá-los. Vejamos:

- o AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas),
- o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares),
- o AIE familiar,
- o AIE jurídico,
- o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos),
- o AIE sindical,
- o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc),
- o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc). (ALTHUSSER, 1980, p. 43,

44)

Em suma, e avançando um pouco na discussão, o Estado (que é o Estado da classe dominante) tem seu funcionamento embasado (e garantido) pela ação conjunta desses dois tipos de aparelhos: o Aparelho repressivo de Estado (AE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado. O primeiro funciona (principalmente) pela violência, os segundos, prevalentemente pela Ideologia (embora funcionem secundariamente pela repressão. Não há aparelho puramente ideológico).

Embora o autor admita que haja contradições no que tange ao funcionamento (em conjunto e mesmo em separado) dos AIE, foquemos a proposição de que os mesmos tratam de garantir a perpetuação do estado de coisas, do *status quo*, dos papéis socialmente desempenhados e desempenháveis, das relações de produção, do Estado em

si (que, repito, é o Estado da classe dominante³), em última análise, tratam de garantir a continuidade da continuidade.

Para finalizar o que é preciso dizer a respeito do conceito para o desenvolvimento da reflexão a que este trabalho de análise se propõe fiquemos aqui, do autor, da teoria, do conceito, com o seguinte trecho: “A partir do que sabemos, nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (ibid., p 49).

Ou seja, a hegemonia aqui é – como todo o mais, aliás – produto da ideologia. Daí a “suprema” importância do que difundem os AIE. Falamos de hegemonia em sentido amplo. Hegemonia de sentidos aqui, em específico.

Pausa na conceituação. Voltemos à justificativa já anunciada e iniciada.

Para justificar a escolha do recorte (a opção de focar a análise em releituras de provérbios de origem/fundo religioso), ainda, retomo um termo que anotamos anteriormente, qual seja: subversão. Subversão que, inteligente e perspicaz que és, Virtual, certamente já percebeste, é, desde o princípio, a palavra de ordem deste trabalho. Mas é bom que deixemos claro que não se trata aqui de criticar ou fazer-se opositor desta ou daquela religião ou crença. Não.

O que está em jogo aqui não é a fé ou descrença, mas o discurso.

Já que falamos em subversão, penso ser hora de lançar mão da oposição de conceitos “captação x subversão” proposta por Grésillon e Maingueneau, quando da análise do funcionamento discursivo dos provérbios (em específico das releituras de provérbios) no artigo intitulado: “Polyphonie, Proverbe et Détournement (ou un proverbe peut en cacher un autre)⁴”. Mas preparemos, primeiramente, o terreno para chegar a eles. Contextualizemo-los.

No texto em questão, os autores iniciam por caracterizar os provérbios enquanto “discurso relatado por excelência”, mais que isso, consideram os mesmos como um

³ Importante dizer aqui que toda essa discussão que diz respeito, em última análise, à dualidade dominante x dominado está, a essa altura da Teoria, sendo apenas proposta. Lógico é pensar que já se avançou bem mais, muito (mais) já se disse a esse respeito – até mesmo, inclusive, que tal discussão já nem mais se aplica, que está superada – que os termos já são outros, que, enfim, a discussão deve ocorrer em outra esfera. Seja como for, a conceituação proposta àquele momento serve-nos aqui de base para reflexão. Norteia, enfim, algumas de nossas proposições. Não havemos de discutir amiúde os termos, a evolução da teoria, pura e simplesmente porque tal discussão exaustiva (literalmente) foge a nosso propósito, estando além dos limites deste trabalho.

⁴ O artigo em questão não tem (ainda) tradução disponível em português. Assim, tratarei de apresentá-lo em meio ao texto, junto à análise. Trabalharemos, pois, alguns trechos em tradução/adaptação própria. Recorrendo às citações somente quando julgar necessário e procurando fazer das mesmas a devida tradução (assumindo, desde já, os riscos inerentes). Questão de escolha e de respeito a você, Virtual.

caso de polifonia. Citando Greimas, dizem que, ao enunciar um provérbio: “O locutor abandona voluntariamente sua voz e toma de empréstimo outra para proferir um segmento de fala que não lhe pertence, que ele apenas cita” (GREIMAS, 1970, *apud* GRÉSILLON & MAINGUENEAU, 1984, p. 112).

Dando sequência à reflexão, falam da enunciação proverbial (em nível, portanto, intradiscursivo) enquanto uma espécie de eco (l’*énonciation-écho*), a retomada/atualização de um número ilimitado de enunciações anteriores (o que já remete ao interdiscurso) do mesmo provérbio. Ainda pensando em termos de polifonia, chamam a atenção para o fato de que o locutor do provérbio é também seu enunciador, ou seja, assume-o, mas só o faz ao “apagar-se” atrás de um outro enunciador, este genérico, despersonificado (le “ON”, la “ON verité” é o que de fato “fala” através do provérbio, e o que representa sua real garantia de aceitação) identificado, em última análise, à “opinião comum”, a “sabedoria das nações”.

O que, dizem os autores, dá-lhe maior (senão total) credibilidade. Valida (desde sempre) a proposição.

Na sequência, passam à caracterização da forma dos provérbios (sintaxe arcaizante, formas breves, de fácil memorização, etc).

Tudo diretamente ligado a seu funcionamento, a seu estatuto ideológico de saber comunitário, compartilhado, natural, herdado, transmissível (provérbio enquanto “*Parole immémoriale, Sagesse venue du fond des âges*” [GRÉSILLON & MAINGUENEAU, 1984, p. 114]).

Isto posto, passam a tratar do desvio (*détournement*) – a que eu chamo aqui releitura – dos provérbios. Agora sim, chegaremos aonde mais nos interessa.

Pois bem, caracterizados os provérbios e apontado seu estatuto privilegiado em termos da autoridade que exercem, passa-se à análise dos mesmos enquanto modelo a ser seguido por aqueles que objetivam assegurar a validade de suas asserções e *antimodelo* ideal àqueles que visam a arruinar as verdades estabelecidas. Trata-se do processo (discursivo) do desvio/deriva. Onde se situam as releituras, meu objeto de análise, afinal. Vamos a isso.

Segundo os autores, dois são os procedimentos/orientações em que pode embasar-se o desvio, a saber: lúdico e militante⁵.

⁵ Fato é que considerar binariamente a questão (qualquer questão) subentende certa ingenuidade, talvez, subentende, de qualquer modo, desconsiderar nuances de significação. Os próprios autores

O processo de desvio a que chamam lúdico se baseia puramente em jogos de palavras, sem vincular-se a nenhum propósito de cunho político e/ou ideológico (será?). O jogo pelo jogo.

Já o desvio dito militante visa a “emprestar” (acho que é esse o termo) autoridade a um enunciado (a partir da autoridade do provérbio) ou, ao contrário, arruinar, destruir, pôr fim a essa mesma autoridade. O jogo com propósito (jogo ideológico).

Trata-se, em última análise, no que concerne ao desvio militante, de utilizar a seu favor a autoridade proverbial ou de contestá-la. Duas estratégias opostas, postas em funcionamento quando da proposição de releituras de provérbios, a que os autores chamam, no primeiro caso *captação* e, no segundo, *subversão*⁶. Pronto. Chegamos.

Enquanto uma boa captação visa à (re)produção (re)criação de um novo(velho) provérbio, imitando-o à perfeição e valendo-se disso para assegurar sua “verdade” – um exemplo possível de tal estratégia seria uma campanha publicitária que se revista da forma e valha-se da força proverbial enquanto argumento para “vender” um produto/ideia – uma boa subversão, ao contrário, visa a apontar, com a maior nitidez possível, uma contradição entre as “verdades proverbiais” e aquilo que vem propor, trata-se, na verdade, da recusa da imagem desse mundo “bem acabado, equilibrado” que é, afinal, o mundo do provérbio.

Por óbvio, ocupar-nos-emos do segundo tipo de desvio (militante, que supõe em ação as duas estratégias referidas).

Pois bem, dito tudo isso, retomemos uma vez mais a justificativa que há de desembocar na proposição/apresentação do recorte alvo de análise aqui. Sim, ufa.

Acredito eu que um dos campos mais difíceis de suportar divergências (pelo menos assumidas) é o terreno religioso, eu dizia. Não há conversa, há dogmas. Não há reflexão ou conclusões, há crença. Assim que, transgredir, contestar, opor-se, subverter, enfim, neste terreno é blasfemar, ser herege. Há ainda, pairando sobre tudo, o risco do castigo divino (tão temido (en)quanto incerto e desconhecido).

A escolha deu-se também porque será interessante buscar aí (no discurso do AIE Religioso) um possível eixo ideológico ordenador das *Formações Discursivas* que

apontam para o fato de haver certos “problemas de fronteira”, de delimitação dos conceitos propostos. Mas, como já se disse, não estamos interessados nas minúcias. Não aqui. Não agora.

⁶ Uma vez mais, vale lembrar que, via de regra, não acredito em relações meramente binárias, fronteiras rígidas e intransponíveis, mas sim em multiplicidade, mistura, pluralidade. Assim, adianto que, para mim, toda subversão traz em si (e eu diria mesmo que parte de) uma estratégia de captação.

pretendo identificar na análise.

Mas isso já é antecipar as coisas “colocar o carro na frente dos bois”. Mesmo assim, aconselho-te a anotar o termo, já, já nos ocuparemos dele, uma vez que é crucial. Mas calma, vamos ao recorte discursivo de que falei anteriormente, aos provérbios (enfim! Eu sei, você e eu já nem acreditávamos mais que um dia eles apareceriam, finalmente, neste trabalho, tão anunciados que já foram). Les voilà:

AO RECORTE, ENFIM?

O quê? Estás me perguntando onde estão os provérbios? Achas que estou abusando de ti? Calma, Virtual... Lembra-te de que “A fome é o melhor tempero”? E com o famoso “Quem espera sempre alcança...”, não concordas? Pois então paciência.

Como se disse (muito, é verdade) no intuito de melhor desenvolver a análise a que este trabalho se destina, é preciso fazer escolhas. Abordaremos aqui, da questão, não mais do que um recorte.

De um *corpus* vasto, colhido em pesquisas na Internet, na colaboração de amigos, nas paredes de um boteco no centro da cidade de Porto Alegre (onde a decoração consta de tabuletas na parede contendo releituras de vários provérbios e máximas), e, fundamentalmente, em 33 anos de experiência linguageira, escolhi dois exemplos exemplares (se me perdoas a redundância).

(1) “Deus dá o frio conforme o cobertor”.

(2) “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”. (Bíblia Sagrada, Provérbios, 19:17)

Já de início, antes mesmo de procurarmos estabelecer *a imagem, o sentido* (de novo, no singular mesmo) que tais provérbios pretendem veicular/naturalizar, é possível pensar, e trazer para a cena, a noção de *pré-construído*, de sentidos que se pretende cristalizados, “naturais”, já-sempre-lá.

Tal termo, introduzido na teoria por Paul Henry, “remete a uma construção anterior e exterior” (HENRY, 1977, *apud* PÊCHEUX, 2009, p. 89)

Segundo Pêcheux, a noção de *pré-construído* é definida da seguinte forma: “enunciado simples proveniente de discursos outros anteriores, como se esse elemento já se encontrasse sempre-aí por efeito de interpelação ideológica” (PÊCHEUX, *op. cit.*, p 89).

Já para Courtine, dando sequência à proposição pecheutiana:

Pré-construído: este termo, introduzido por Henry, designa uma construção anterior, exterior, independente, por oposição ao que é construído na enunciação. Ele marca a existência de um intervalo entre o interdiscurso como lugar de construção do pré-construído, e o intradiscurso, como lugar da enunciação de um sujeito. (COURTINE, 1981, p.35)

Pois falar em tais provérbios evoca uma imagem, um (efeito de) sentido que se

pretende “*naturalmente*” (porque “*desde sempre*”) a imagem, o sentido. Mas que imagem é essa? Que sentido é esse? Quem os produz(iu) e/ou autoriza?

Buscando responder tais questões: Que imagem é essa? Aqui é necessário que lancemos mão mais uma vez das ferramentas teóricas de que dispomos (e às quais alimentamos e pelas quais somos retroalimentados por meio da prática).

Hora em que seria interessante, talvez, cumprir o já anunciado e trazer à cena a noção de imagem e, na sequência, a de Memória Social trabalhadas por Jean Davallon no artigo “A imagem, uma arte de memória” publicado em *Papel da Memória* – coletânea de artigos sobre o tema, com organização de Pierre Achard.

Nesse artigo, Davallon (um semiótico, não um analista de discurso) com base em reflexão anterior desenvolvida por Halbwachs (este sim, mais interessante enquanto teórico ao tipo de reflexão proposta pela AD), discute o papel da imagem enquanto “operador de memória social” (DAVALLON, 1999, p. 27). Vamos a isso.

Davallon afirma que a imagem oferece “uma possibilidade considerável de **reservar a força**: a imagem representa a realidade, certamente; mas ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador)” (ibid., p. 27, grifo meu).

É preciso que eu esclareça o grifo que fiz? Pois é, também acho. Então está bem.

Como mencionado anteriormente, Davallon parte da reflexão desenvolvida por M. Halbwachs acerca do conceito de *Memória Social*. Para Halbwachs, a memória poderia ser definida como “o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade” (HALBWACHS, *apud* DAVALLON, 1999, p. 25). Nesse sentido, tal autor propõe a diferenciação entre os conceitos de “história” (caracterizada pela resistência ao tempo) e “memória” (poder de impressão, vivacidade limitado à duração do grupo social no espaço/tempo). É justamente aí que opera a imagem. Explico.

“Uma imagem vale mais do que mil palavras”, já se disse. E, como tudo, tem seu fundo de verdade. Ainda que a “leitura” que subentende a “interpretação” da mesma se dê via “palavra”. E a imagem, enquanto objeto significativo, antes de mais nada, pressupõe um “acordo de olhares” entre os “leitores” que os localiza (no espaço/tempo) enquanto grupo. Voltemos ao texto de Davallon.

Em meio à reflexão que empreende, para dar conta do papel da imagem enquanto operador de memória, Davallon recorre ao exemplo da utilização da mesma na publicidade (como não podia deixar de ser, já que se trata de um teórico ligado à Semiótica) em complementaridade com o enunciado linguístico com o intuito de

...apresentar – tornar presentes – as qualidades de um produto e conduzir assim o leitor a se recordar delas, mas também a fazê-lo se posicionar em meio ao grupo social dos consumidores desse produto; a se situar, a se representar esse lugar (DAVALLON, 1999, p 28, grifos meus).

Proponho que pensemos de maneira análoga ao que é proposto no referido artigo para aquilo que passaremos a expor aqui em relação ao que, na sequência, hei de identificar enquanto propriedade (no sentido discursivo) dos provérbios. Análoga, mas não idêntica. Explico.

Como se disse, quem está a teorizar no texto é um semioticista. Nada mais natural pensar que o trabalho do mesmo se dê, então, tendo por base e seguindo os preceitos/propósitos da semiótica. Assim, como se supõe, o conceito de imagem proposto/analizado aí não se aplicaria em cheio ao nosso tipo de reflexão. Mas pode, sim, servir-nos de fio condutor, desde que adaptemos as ferramentas á análise. É disso que estou falando. Utilizemos, mas não sem antes adequar.

Tratemos de imagem, sim, mas não mera e isoladamente a imagem enquanto signo não verbal (a referida imagem semiótica por excelência, fixa, imóvel), o que havemos de pensar aqui, eu diria, está no limiar entre a imagem em si (essa de Davallon) e uma imagem superpovoada de sentidos e não-sentidos, mais que isso, superpovoada de silêncios (o que é típico do fenômeno de significação linguística – aqui sim), imagem enquanto constructo de ordem/origem/fundo verbal, mas que, para além do linguístico, remete já ao discursivo. Fronteira, limiar, eu disse. Aí estão os provérbios. Sigamos.

Uma Imagem convence, supõe Davallon. Supomos nós, até. Significa além das fronteiras espaciais/temporais/lingüísticas. Imagem é também discurso. Voltamos ao que realmente nos interessa.

Cabe aqui mais um parêntese. Para além (muito além) da distinção saussureana de significante/significado “imagem mental”-“referente”, as palavras podem construir imagens. Mundos, eu diria, mas foquemo-nos em imagens. É o que nos interessa analisar aqui, por ora apenas. Por ora. Explico.

Como já mencionei anteriormente, parto do pressuposto de que os exemplares de linguagem alvos de análise neste trabalho são exemplos de “imagens-palavras”. Explicitemos isso, digamos de outra forma. Vejamos até onde nos leva.

Pois o que passo a propor aqui (e realmente não tenho ideia de aonde tal

proposição me há de levar) é que há, no universo proverbial, uma espécie de funcionamento, mais (muito mais) que linguístico, discursivo que, via de regra, lança mão da produção de imagens como recurso significativo. Produz-se aí, via língua um “quadro languageiro”.

Por meio da associação/seleção preferencialmente imagética de termos, por meio da composição/recriação de cenas “reais”, representação de situações de vida, do cotidiano, e recorrendo a algo que facilmente “vem à mente” porque já se viu ou se pode imaginar, assim é que os provérbios são construídos, afim de que possam ser memorizados e se perpetuem ao longo dos tempos e a despeito das gerações (imagem tem o poder de reservar a força, dissemos). Assim como ocorre com a mensagem que veiculam, aliás. Imagem opera memória.

Provérbios são. Sempre foram. Hão de sempre ser. Como imagens.

Em suma, dizendo ainda de outro modo, no caso específico de nosso objeto de análise, os provérbios, o que ocorre é que, por meio do que chamo aqui imagens-palavras, por meio de uma construção que não é apenas verbal, mas que surge enquanto tal, pinta-se, com as tintas da metáfora, sim, mas mais que isso, para além do processo de metaforização⁷, eu quero dizer, com uma espécie de recorrência (recurso) significativa, que não é apenas linguística, mas discursiva. É o que postulo, que mescla, sim, a ideia de imagem ela-mesma (aquela quase semiótica, o quadro em si) a uma imagem enquanto representação linguística, por onde se dá a construção daquilo que pretende veicular de per si, do efeito de sentido (via língua, o “sentido linguístico” por excelência, a materialidade linguística). O que, aí, penso eu, deixa de ser verbal, puramente verbal, deslocando-se, tornando-se algo novo. “imagem-palavra”. Limítrofe. Discurso.

Pinta-se assim, eu dizia, uma espécie de “quadro significativo” (volto à carga, seguindo na analogia com a imagem não verbal, que pretende-se algo fixo, forte e autoevidente a partir de um “acordo de olhares” pressuposto, um quadro).

Mas há nisso tudo também um porém (sempre há). Ocorre que, ao que parece, segundo a análise que estamos aqui a empreender, tal composição imagética dá-se em camadas. Camadas de significação (por onde a deriva há de se dar, adiante). Guardemos essa ideia. Havemos de utilizá-la (ou não). Fechemos por ora o parêntese. Voltemos ao

⁷ Não havemos de discutir aqui com o cuidado e o alcance que julgamos e admitimos devidos a um conceito tão complexo e tão rico quanto o de metáfora por extrapolar os limites desta reflexão que, por ora, apenas se esboça. Trataremos de metáfora enquanto recurso significativo, não havemos de discuti-la amiúde, pois.

texto.

Por fim, ainda a respeito do papel da imagem, Davallon conclui:

...a imagem define posições de leitor abstrato que o espectador concreto é convidado a vir ocupar a fim de poder dar sentido ao que ele tem sob os olhos, isso vai permitir criar, de uma certa maneira, uma comunidade – um acordo – de olhares: tudo se passa então como se a imagem colocasse no horizonte de sua percepção a presença de outros espectadores possíveis tendo **o mesmo ponto de vista**. Do mesmo modo como (...) a reconstrução de um acontecimento passado necessita, para se tornar lembrança, da existência de pontos de vista compartilhados pelos membros da comunidade e de noções que lhe são comuns; assim a imagem, por poder operar o acordo dos olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. (1999, p. 31, grifos meus).

Imagens que, juntas, trabalham a memória. Fazem impressão, buscam e atingem o “acordo de olhares” dentro do grupo social em que significam (aqui, de novo, o AIE). Tecem a significação por meio da harmonia de traços/leveza de cores, naturalidade de texturas. Tecem o discurso, pintam o quadro com os fios e as tintas que a língua fornece. O quadro é fidelíssimo ao “real”, àquilo que pretende retratar. Aliás, é mesmo de uma “realidade” quase fotográfica, eu diria. Imagens em perfeita harmonia. Havemos de lembrar, inclusive que as impressões/código pictórico mudam com mais dificuldade/lentidão que o linguístico (daí, novamente, a ideia “simplificadora” do reparo discurso-língua/discurso-linguagem, daí o paralelo que busca um conceito distinto para o tipo de “imagem” apresentado via provérbio, resistente ao tempo). Ainda que saibamos bem que a imagem (seja ela qual for, pertença a qual teoria pertencer) não passa de construção.

Pois desenvolvamos um pouco o que tomamos de empréstimo ao texto de Davallon, voltemos ao (pré)suposto acordo de olhares, verifiquemos como (se é que) ocorre aqui. No que tange aos provérbios que, afinal, é o que nos interessa analisar aqui. Tal acordo, digo eu, dá-se pelo viés do senso comum. Da leitura (im)posta, somente possível a partir do referido acordo, pressuposto básico, condição primeira.

Mas, já que estamos nos ocupando de definições, como então definiríamos o tão (mal) falado senso comum?

Lá vamos nós novamente ao dicionário...Segundo o Houaiss:

senso comum

Rubrica: filosofia.

- 1 no *aristotelismo*, na *escolástica* e no *cartesianismo*, faculdade cognitiva cuja função é reunir as múltiplas impressões dos nossos sentidos, com o objetivo de **unificar a imagem** de um objeto percebido
- 2 na filosofia romana, e posteriormente no pensamento moderno, conjunto de opiniões, ideias e concepções que, prevalecendo em um determinado contexto social, **se impõem como naturais e necessárias**, não evocando ger. reflexões ou questionamentos; consenso (OBJETIVA, 2002, grifos meus)

Mas avancemos um pouco na reflexão. Minha proposta de definição, para além (mas nem tanto assim) da definição sucinta do dicionário é a seguinte: o senso comum abrange uma série de conhecimentos, ideias, noções advindas da vivência, da prática, da “ação” do ser no mundo. É uma espécie de saber social, que, via de regra, abdica da ciência formal em prol da *vivência*. Como tal, é transmissível de geração em geração, pelo fazer da ancestralidade, e constituindo a chamada “sabedoria popular”. Não é um conhecimento formal, pois. Não há, como se disse, necessariamente uma “base científica”. Há o ensinamento.

Por tal definição, diríamos, o senso comum parece ser algo bastante positivo, porque muito democrático. Dá voz a quem não tem. Valoriza o saber para além dos limites da Escola (outro dos AIE, aliás).

Mas nem tudo (na verdade quase nada) é como parece. Ver as coisas desse jeito tem seu quê de ingenuidade e romantismo. Ou hipocrisia. Explico.

A “experiência do ser no mundo” tem a ver com seu lugar na estrutura social, segue suas regras. Sua ação é limitada à sua capacidade de ação. E esta última, então, nem se fala (lembremos a reflexão althusseriana a respeito de Aparelhos de Estado e sua função). Isso tudo é controlado. Então, o que a experiência diz é o que ela de fato *pode* dizer, o que é *convidada* a dizer. O que não pode deixar de dizer (não há fuga real, já se disse). Tudo isso é regulado. Concorre para isso a ação da Ideologia (e aí agem os AIE já mencionados) que mascara tal “sabedoria” enquanto conclusões a que se chegou “naturalmente” através da prática, da ação no mundo. Aquilo que se aprende fazendo. “A vida é a melhor Escola”. Assim, naturalmente, e sob a máscara ilusória da sabedoria popular dá-se a continuidade das relações de produção. Disso depende o Estado, afinal.

Guardando as definições, voltemos à nossa análise propriamente dita (embora jamais tenhamos nos afastado dela).

A imagem proposta através do provérbio (1) é a de que tudo vem de Deus (e não dos homens e de suas ações), não há nada que fuja a tal regra, sejam bênçãos ou

problemas (tanto o frio, quanto o cobertor).

Frio servindo aí como imagem/metáfora para problema, adversidade, e *cobertor*, para a capacidade de suportar tudo isso. Imagem, quadro representativo.

O que se está a dizer (mostrar) é que Deus é soberano e infinitamente justo. E que, portanto, em sua infinita bondade, não nos causa problema que não seja suportável. Não cabe, pois, queixar-se ou reagir. Cabe suportar o “frio” com o “cobertor” que Deus dá. A imagem, enfim, por meio do pressuposto dogmático da Justiça Divina, apresenta a exata *proporcionalidade* entre o “frio” e o “cobertor”. Essa é a imagem, esse é o resultado do acordo de olhares suposto (sim, claro, trata-se de um – o meu – gesto de análise. Bem lembrado, Virtual).

Passemos, então, à segunda questão. Que sentido é esse? O sentido que se pretende veicular (eu diria o efeito de sentido que se espera provocar) em (1) é o que prega a resignação frente aos problemas enquanto única atitude correta porque verdadeiramente católica/cristã. Aceitação de toda e qualquer circunstância da vida, de toda e qualquer adversidade enquanto obra de um Deus (não de uma estrutura social, um “arranjo das coisas” injusto) necessariamente justo e bom. E, enquanto tal, incontestável em sua suprema sabedoria e bondade.

Esse é o efeito de sentido que pretende (ou interessa?) evidenciar.

Uma espécie de “cala a boca”, deixa as coisas como estão, não reaja, não se queixe, aprove todo e qualquer mal que te advenha, seja pacato, não reclame “de barriga cheia”, tudo é obra de Deus e não de uma ordem social injusta, seja o que for, então, suporte; convenhamos, são sentidos “silenciados”, mas presentes aí. Não no provérbio em si – ele jamais diria isso, mas em tudo aquilo que ele faz silenciar. Silenciamento? Boa noção, esta. Aplica-se em cheio aqui, tens razão, Virtual. Já, já nos ocuparemos dela, então. Agradeço-te a dica.

Quanto à terceira questão – Quem produz/ autoriza tais imagem e sentido? – propor-me-ei (tudo bem, confesso, sempre sonhei em usar, uma vez na vida que fosse, uma mesóclise, e esta já é não é a primeira. Adoro mesóclises como adoro suco em pó. Deliciosa artificialidade) respondê-la conjuntamente para os dois exemplos de provérbio, pois que a resposta me parece, afinal, ser a mesma: Trabalho da Ideologia (dominante, sim, ainda). Função (brilantemente) desempenhada pelos AIE (o AIE religioso, em específico, mas todos os demais).

Passemos ao segundo provérbio, então. “*Quem dá aos pobres, empresta a Deus*”. Que imagem traz consigo, afinal? A imagem de um Deus (a quem veneramos) e

que, onipotente e onipresente, é ainda bondoso e valoriza as “boas ações” – em específico, neste provérbio, a solidariedade enquanto atitude do bom religioso/cristão – recompensando-as. “Dar aos pobres” é uma boa ação, uma ação nobre e, como tal, certamente *recompensável* por um Deus que é infinita bondade, e que toma para si tal doação como *dívida*. Deus certamente é *bom pagador*. Essa é a imagem. Sim, também acho engraçado uma ideia de proveito quase capitalista (empréstimo, talvez a juros!) figurando (literalmente) na Bíblia... Interesse + Santíssimo? Interessantíssimo.

Que sentido é esse? Pois o sentido que (2) pretende (e logra, parece) veicular é o de que é uma atitude bela, necessária e louvável, porque religiosa/cristã, socorrer “os pobres” (seja lá a amplitude que tal termo venha a apresentar numa sociedade como a nossa. Quem são os pobres, afinal?) em suas necessidades. É preciso ser solidário, é gratificante ser bondoso. É preciso repartir o que temos. Uma atitude que (futura, mas certamente) será recompensada (seja lá qual for essa recompensa, material ou espiritual, e quando é que ela virá, pois nada está dito... questão de crença) e que mantém as coisas como são (sim, novamente o AIE enquanto AIE). Não oferece perigo a quem deveria.

Trazendo à cena alguns “pré-construídos” aí envolvidos poderíamos “decompor”, “dissecar” (ai, credo, de repente senti um frio na espinha típico da linguística imanentista, aquela de inspiração matemática) nosso provérbio da seguinte maneira, em vários pré-construídos, disponíveis no interdiscurso, presentes no intradiscurso, no enunciado imagético que caracteriza o provérbio, espécie de superposição de sentidos, camadas de significação que, juntas, concorrem para a produção de um efeito de sentido dominante, previsto, bem-vindo, direcionado, a saber: “Deus é bondoso. Deus ama os pobres (?!). Deus *valoriza* as boas ações. Doar, dividir é uma boa ação. Deus *recompensa* as boas ações. Doar de si, do que é seu para um pobre é ter Deus como um seu *devedor*. Deus jamais esquece uma *dívida*”. Pois é, os grifos...

Aqui cabe um parêntese. Sim, a dissecação foi proposital. Não, não doeu tanto assim. Foi só o frio na espinha mesmo. Eu queria muito esse parêntese.

Voltando à oposição – genérico do silogismo/genérico do provérbio – proposta pela professora Leda, vejamos o que foi que fizemos até aqui. Ao decompor o provérbio original, parece-me, chegamos a uma sequência de proposições que bem poderiam figurar numa estrutura silogística. Ou não? Arrancando-lhe o véu da metáfora-imagem o que se encontra são sentidos que se pretendem evidentes e se fecham em torno de uma – única – significação possível/autorizada. O *quantum* significativo corporificado, representado, apresentado, afinal, pelo quadro proverbial sintetiza-se,

fecha-se, o desenho é nítido demais para que atentemos aos traços e cores que o compõem. Fechemos o parêntese.

Você e eu, Virtual, temos plena consciência – tá bom, consciência não é um termo muito adequado em AD, troquemo-lo por convicção – de que dar aos pobres é somente possível e necessário em uma sociedade que se apresente desigual, onde o governo não seja eficiente no que concerne à distribuição/organização da renda, dos bens, do acesso às mínimas condições de sobrevivência – dever de um Estado justo e eficiente, é fato. É este também um sentido presente, não há que negar, ainda que silenciado, que o provérbio não pretende trazer à luz. Silenciar é também abordar, diremos. Então ele aborda, sem, no entanto, que essa “abordagem” concorra para que tal sentido se estabeleça como dominante, como “natural”, o que só ocorre com o sentido que traz na superfície, o que (efetivamente) diz. Obra da Ideologia, de novo e sempre ela.

A respeito de silenciamento, conceito que inteligentemente me sugeriste mencionar aqui, segundo Orlandi: “A política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. (1992, p.75)

Nesse sentido, diria que silenciar é uma forma de abordagem, sim, mas poderíamos dizer, talvez, às avessas. O que se diz é, assim, aquilo que não se apaga ao dizer.

Não me parece, pois, haver “abertura” quanto à significação de tais provérbios, há isso sim, um fechamento quanto ao sentido que pode ser (e de fato é) veiculado por eles. Em sua superfície de significação, como já se disse. Divergir deles, buscar e trazer à tona aquilo que silenciam é outra questão, o fato é que representam e veiculam “verdades imemoriais e universais”, que tendem, sempre ou quase sempre (toda regra deve ter lá suas exceções) para uma conservação da ordem vigente.

Meu gesto de leitura partiu daí. E segue.

Quero trazer, o mais breve possível (uma vez que já tarda) à cena nossos astros principais, os meus antigos “anti-provérbios” – hoje minhas releituras de provérbios.

Pois bem, logo de início quero comentar com você, Virtual, uma questão que me intriga e instiga.

O caso é que, como já havia dito lá naquela minha longa introdução, há uma contradição na base da afronta/ameaça/ruptura que os “anti-provérbios” representam (ou pretenderiam representar) aos provérbios “eles mesmos”.

Hora de lançar mão de um conceito proposto por Silvana Serrani no livro *A Linguagem na Pesquisa Sociocultural*, qual seja, o de *Ressonância Discursiva*.

Quando aborda os dois principais processos de significação (parafrástico e polissêmico) Serrani propõe que a paráfrase dá-se por meio de uma ressonância, uma vibração mútua de sentidos pertencentes a uma mesma matriz. Dizendo de outro modo: há paráfrase quando há ressonância (SERRANI, 1993, p. 47).

Mas, ora veja, para que signifiquem, as releituras de provérbio fazem-nos ressoar, agem, então, de certa maneira, atualizando tal sentido (o sentido que o provérbio pretende fixar) pois que o trazem à cena (como o filho lembra o pai, tem seus traços, digamos). Trabalham a memória. Pode-se dizer, assim, que esse sentido encontra-se ainda (e mesmo pelo viés da reformulação) em circulação. E que ainda não perdeu sua força. A força da cristalização.

Quando falo em sentido atualizado, *ainda* em circulação, é preciso que traga aqui mais um conceito para que nos auxilie, como boa ferramenta, a dar corpo à análise. Trata-se da noção de *Interdiscurso e*, com ela, a de *Memória Discursiva*.

Conceito central para o quadro teórico da AD, o Interdiscurso pode ser assim pensado/definido:

...aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva⁸: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível(...). (ORLANDI, 2003, p.31)

Buscando, como sempre, uma definição em Pêcheux, temos: “Propomos chamar de Interdiscurso a esse todo complexo com dominante das Formações Discursivas” (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

Espaço onde se encontram dispersos os sentidos possíveis, virtualidade que se opõe à atualização representada pelo Intradiscurso, pensar o Interdiscurso, pensar a memória dos dizeres que, uma vez formulados, uma vez fixados, passam a um estado de latência contínua (continuidade que é quebrada com frequência. Com a frequência das reformulações a que se submetem) pensá-lo pode, sim, auxiliar-nos em nosso percurso.

Proponho, então, que voltemos às questões ainda há pouco lançadas, façamos

⁸ Convém aqui esclarecermos, posto que a autora não o faz no trecho selecionado, que Interdiscurso e Memória Discursiva, embora sejam conceitos próximos, não são equivalentes ou intercambiáveis. A memória, como o nome já diz, refere-se ao já-dito, ao pré-construído, ao realizado; enquanto o Interdiscurso, conceito mais amplo, dá conta da virtualidade dos dizeres, abarcando, assim, os “já-ditos” e os “por dizer”, os realizados e os realizáveis.

das mesmas nosso fio condutor, tenham-nas em mente enquanto pensamos nosso objeto de análise. Pois a última delas diz respeito à produção (eu diria constituição) de tais imagem e sentidos. Para tanto, o convite é para que olhemos para trás.

Desde tempos imemoriais é que temos notícia dos provérbios enquanto “sabedoria popular”. Mas que “povo” é esse? Sou eu? É meu interlocutor? Não. Jamais. O provérbio é a voz do “outro” (vide formas de introdução, em meio ao discurso, em nível de formulação, em nível de Intradiscurso, dos provérbios: muitas vezes um “Como diz o outro...” lhes precede). O provérbio traz em si a força do tempo e da alteridade, o que concorre, sim, para lhe dar credibilidade. *Não sou eu que estou inventando* (indício da ilusão de que o discurso tem origem no sujeito, que este é, normalmente, a fonte do dizer). *Todo mundo sabe que é assim*. Não há autor. Trata-se, então, de um dizer anônimo, que remete ao saber consensual, que trata apenas de dizer (ou evidenciar) aquilo que “*Todo mundo já sabe, todo mundo sempre soube*”. Como se fosse (e para que seja) simples assim. Fato.

Há aí, então, “tão somente” o sentido. E há quem o naturalize.

Sem nos darmos conta de que toda imagem, todo sentido é construção de cunho necessariamente, inevitavelmente, constitutivamente ideológico, assumimos ou não tal imagem, tal sentido.

Você, meu leitor virtual, atento que é, percebeu certamente que, pela primeira vez até aqui, mencionei uma alternativa, um escape possível a toda essa determinação sempre coordenada. Disse eu que assumimos ou não a imagem até aqui referida como a imagem. E não foi por acaso, companheiro... Quero lançar mão aqui de um outro conceito. E preste atenção nele, pois é bem importante. Refiro-me ao conceito já mencionado de Formação Discursiva: “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2003 p. 43)

E, já que uma definição pede outra (e outra, e outra...) vejamos o que poderíamos dizer a respeito do conceito de *Formação Ideológica*, conceito correlato:

Cada Formação Ideológica (FI) constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, *apud* INDURSKY, 1997, p.32)

Minha proposta é que substituamos, na referida citação (referente ao conceito de

Formação Discursiva), para fins de adaptação das ferramentas teóricas à análise que empreendo, “dito” por “*significado, interpretado, assumido, vivido*”. Modificações à parte, ponto relativamente pacífico é o fato de que a instância de produção/fixação/autorização do sentido é a FD. Seja tal sentido atribuído a formulações de ordem linguística ou às demais ordens de materialidades discursivas (linguageira aqui seria mais adequado, talvez).

Mas é necessário que trabalhem, para além das minhas insistentes substituições de termos, um pouco mais e melhor esse conceito. Há de ser extremamente necessário para dar corpo à análise. Merece, pois, maior atenção.

Para tanto, recorramos mais uma vez ao mestre. Segundo Pêcheux:

...as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, *o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifos do autor)

Não apenas os enunciados adquirem sentido através de sua relação com a FD, mas também os sujeitos do discurso se constituem enquanto tal via interpelação ideológica, o que se dá pela identificação (que ocorre pelo viés da forma-sujeito⁹) com a FD que os domina.

Com o avanço da reflexão/proposição teórica do conceito de FD, inicialmente concebida enquanto espaço relativamente homogêneo, de dizeres regulados porque ordenados por uma forma-sujeito (por sua vez também dotada de certa homogeneidade/unicidade) instaura-se a tensão em seu interior e não mais apenas em suas fronteiras, nos domínios interdiscursivos enquanto espaços moventes e movediços. Mesmo e diferente coexistem e trabalham o tempo inteiro as fronteiras de significação. Fronteiras mais que tênues, mais que porosas, fronteiras agora instáveis. “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1997,

⁹ Conceito que, àquela altura da reflexão na teoria (quando da introdução do mesmo) ainda aproximava-se bastante do que fora proposto por Althusser. Em nota, Pêcheux chega a retomar a definição daquele: “Todo indivíduo humano, i.e., social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.” (ALTHUSSER, 1978 apud PÊCHEUX, 2009, p. 150)

p. 53).

Citação crucial. Citação, eu diria, básica. Motor deste trabalho.

Há espaço, pois, sempre, para a deriva e, com ela, a mudança.

E tal não se verifica mais apenas **entre** as FDs, em sentidos que diferem de acordo com a identificação-constituição do sujeito do discurso de uma ou outra FD, mas também **na** FD. Em seu interior. Pelas diferentes (e diferenças nas) tomadas de posição¹⁰ com relação à Forma-Sujeito que a domina/identifica. Passemos a ocuparmos delas.

Segundo Pêcheux, há três modalidades de tomada de posição do sujeito.

Vamos a elas, então. Dando sequência à formulação dos conceitos (correlatos) de Formação Discursiva e Forma-Sujeito, com o desenvolvimento da reflexão, Pêcheux identifica três modalidades de relação do sujeito do discurso com a Forma-Sujeito que o domina e que caracteriza a FD à qual está filiado, são elas: Superposição, Contraidentificação e Desidentificação, conforme o grau de desvio da Posição-Sujeito em relação à Forma-Sujeito. Desenvolvamos.

Pela Superposição, o sujeito do discurso identifica-se plenamente com o saber representado pela Forma-Sujeito da FD. Este é, segundo o autor, o Bom Sujeito, pois reproduz fielmente o discurso “modelo” da FD que o domina. Inicialmente, como se supõe, quando a FD era tida como dotada de homogeneidade esta era a (única) forma de relação entre o sujeito do discurso e sua respectiva Forma-Sujeito.

Com o avanço da reflexão (e da teoria) a FD passa a ser vista como espaço heterogêneo, com espaço para o diferente, para a mudança. O sujeito do discurso é então visto enquanto *posição* ocupada no espaço. Quando tal posição é diferente daquela ocupada pelo sujeito da Forma-Sujeito (o Bom Sujeito) dá-se o que Pêcheux chama de Contraidentificação. A mesma FD – e, por conseguinte, a mesma Forma-Sujeito – ainda o domina (e o faz sujeito) mas ele não mais reproduz seu discurso sem alteração. Instaura-se o diferente no interior do mesmo. Esse é o Mau Sujeito.

Por fim, a terceira modalidade é a da Desidentificação. O sujeito já não se reconhece mais enquanto dominado pela mesma FD. Seu discurso migrou mais do que podia suportar a FD que o dominava. Mas o sujeito não está (jamais) livre. Apenas

¹⁰ “A tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito – como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ – é uma reduplicação da identificação.” (PÊCHEUX, 1988, apud INDURSKY, 2008)

mudou de domínio. Migrou. Do domínio de uma Forma-Sujeito para outra e, por óbvio, de uma FD para outra.

Desidentificou-se de uma para identificar-se com outra. Não há fuga real.

Isto posto, volto ao fato de ter lançado a alternativa a que me referi anteriormente.

Pois assumir ou não a imagem até aqui trabalhada como a imagem o sentido é questão de filiação a uma ou outra FD. Significar de uma maneira ou de outra é, necessariamente, inscrever-se, de uma maneira ou de outra, em uma (ou outra) FD.

Eu, para fins de análise, definiria aqui, neste nosso trabalho-exercício, duas (principais), a saber: a de reprodução do/adequação ao sentido instituído, representado por aquilo que o AIE religioso trata de difundir a ponto de transformar em obviedade (num claro trabalho da Ideologia, insisto), senso comum, enfim, e a de resistência/dissonância/oposição a ele. FDs opostas. Sentidos em confronto constante.

O que é interessante, também, (não deixar de) referir aqui é que tal filiação, tal assujeitamento, tal tomada de posição não se dá inteiramente ou de maneira uniforme. Há brechas, espaço para deslize, deriva. Não há ritual sem falhas...

Esse é, aliás, o germe da mudança. Condição última (talvez primeira) do dizer. Mas sigamos em frente.

Então, para fins de análise, fiquemos com a ideia de que o sujeito da superposição, o Bom Sujeito, é aquele do senso comum, que se limita a reproduzir o provérbio original.

E sigamos. Agora sim, com as tão anunciadas releituras de provérbios.

Com a palavra (sim, finalmente!), meus heróis de infância:

ANTI-PROVÉRBIOS DO MUNDO: UNI-VOS!

Bem, amigo, aqui estão eles. Vejamos se valeu toda a espera, afinal...

1.1 *Deus dá o frio. Com sorte, o cobertor.*

De imediato percebe-se que nada muda no início do provérbio relido (doravante, mas não a ravissante do Verissimo, PR). Ele retoma exatamente, sem alteração, o provérbio original (doravante, ela de novo, PO). Até certo ponto. E de propósito.

Explicitemos (para isso estamos aqui).

Ressoa a paráfrase? Sim, certamente, mas em parte.

Observemos primeiramente a forma. Ela há de dizer-nos algo.

O provérbio original é afirmativo. Não deixa espaço para dúvida. É taxativo. “Deus dá o frio conforme o cobertor”. A imagem é nítida. Logicamente estável. Nada lhe falta. Não há (aparentemente) lacunas. É direto. Não há vírgula, sequer. O que há para dizer (veja bem, o que há para dizer e não o que ele vem dizer), traz em si da letra maiúscula ao ponto final. Nada a acrescentar para que signifique o que (desde sempre) significou. Tudo muito óbvio, muito natural. Imagem nítida, perfeita.

Valendo-se de início do artifício significativo da metáfora, e seguindo a composição da imagem com os pincéis e as tintas que a língua fornece, assim pinta-se o quadro: Frio = Problemas, adversidades. Cobertor = suporte, capacidade, condição de enfrentá-los.

Há proporção. Graças a Deus (literalmente), há proporção. Explico.

A figura central no PO é a de Deus. Ele garante que jamais haverá (pois jamais houve) “frio” sem “cobertor”. Sua simples imagem tranquiliza, garante, afirma, aquieta.

Já que propusemos tratar-se de um quadro, pensemos imagetivamente, tal qual nos propõem desde sempre os provérbios, aliás. Imaginemos (taí, veja só, imaginar traz em si, no radical, a ideia de imagem...interessante) uma pintura a representar nosso PO.

Deus acima e ao centro. Abaixo (sempre) o Homem. De uma das mãos divinas desce-lhe o frio, da outra, o cobertor. Medida exata. Tudo muito proporcional. Pintura renascentista, eu diria. Traços perfeitos. Tintas, cores, texturas, perspectiva, tudo na mais perfeita harmonia. Quadro que, ousou dizer, dependendo da habilidade do pintor, combinada à capacidade de interpretação de quem o vê/lê/admira (por óbvio, o referido “acordo de olhares” (pré)suposto), simbolizará com nitidez a ideia da infalível e

indubitável Justiça Divina.

Já a releitura...

Pela via da alteração sintático-fonológica (veja bem, inicialmente não menciono a semântica) o que o PR faz? Instaura a incerteza. Duvida. Fustiga.

No PR a afirmação (típica do PO, como vimos) finda no momento mesmo em que a imagem-metáfora é inicialmente proposta (e quando se dá a ressonância entre ambos). Aí ocorre a alteração/deriva sintática de que falei. Pela inserção do ponto final. Ao fazer ressoar o PO (sua proposição primeira) pela repetição simples do trecho inicial deste, o PR mostra, já na sequência, que tal ressonância é bruscamente interrompida, quebrada até, via deriva sintática. No PR “Deus dá o frio.” Ponto. Do PO, então, não temos e nem teremos mais do que a lembrança. Lembrança viva, presente, ressonante, é verdade. E necessária para o PR. Sem que haja ressonância do PO no PR, este último simplesmente não acontece enquanto tal. Não é. Daí, mais uma vez, volto à ideia da filiação de um em relação ao outro. O PR nasce do PO.

Frio, aqui de novo = Problemas, adversidades. O “frio” do PR é, em princípio o mesmo do PO. A diferença é que já não há mais proporção possível. A harmonia se quebra. Já não há mais tranquilidade Deus já não garante mais nem a proporção/adequação desse “frio” e nem (muito menos) garante o “cobertor”. Mas o “frio”, como se supõe, continua. Problemas, que Deus os dá é fato. Ponto. Já o cobertor... Passa a ser questão de sorte. Certeza de justiça? Não mais. Questão de sorte.

Na sequência, então, dá-se mais uma alteração. A conjunção conformativa (sim, eu também, como você, percebi que até a conjunção no PO é conformativa...) dá lugar à grande alteração fonológico-morfológica (ui, que medo) e, agora sim (?!), semântica. Entra em cena a figura da Sorte... *Conforme* vira *com sorte*, para que a alteração (que condiciona a deriva, a mudança) seja minimamente perceptível também na forma, o que faz, inclusive, com que a ressonância se dê com maior facilidade.

É preciso valer-se primeiramente de uma estratégia de captação para que se passe com maior sucesso à subversão, é o que proponho, em última análise.

Mas Deus não sai de cena. Ainda que, pelo viés das alterações já mencionadas, se dê a deriva de sentidos, ainda assim, a FS (e, por conseguinte a FD) à qual o sujeito do PR se relaciona é ainda a mesma do sujeito do PO. Explico.

A figura até então (e desde sempre) central mantém-se assim. Trata-se da figura (e da simbologia) de Deus. A imagem é que se desfoca. Deus ainda é Deus, ainda que o Deus do PR já não seja mais (tão) o mesmo do PO.

Há mudança, não há dúvida. Mas, como já se disse, o sujeito ainda se relaciona à mesma Forma-Sujeito. O que ocorre é uma mudança da posição-sujeito. O que ocorre é, enfim, que o sujeito se contraidentifica à Forma-Sujeito de sua FD. Que ainda é a mesma. O grau de desvio aqui não faz com que as fronteiras sejam ultrapassadas. O sujeito que fala é ainda o mesmo, apenas fala de maneira diferente, a partir de um lugar diferente, uma posição diferente, mas ainda igual (o mesmo, ainda que diferente?!).

Pensemos numa metáfora possível, já que estamos nos ocupando de metáforas. Cidade. O sujeito fala ainda da mesma, mas de um bairro distinto, digamos. Longínquo e escuro. Bem distante do centro, diferente do padrão. Subúrbio, “*banlieu*”. Mau-sujeito.

Fato é que o discurso é ainda de fundo religioso. Deus, como vimos, segue como a figura central, ainda que modificado. Dele ainda partem frio e cobertor (embora a certeza deste já fique de lado). O que ocorre, em última análise, e recorrendo à ideia lançada de “quadro significativo”, do provérbio enquanto composição mormente imagética, o que ocorre é uma espécie de princípio de “corrosão” dessa imagem (outrora harmônica e perfeita), alteração do quadro pela ação/alteração do sujeito que o (re)pinta. E que parece fazê-lo valendo-se de novas tintas, tintas obtidas, eu diria, por uma mistura de melancolia (a velha e corrosiva gota de bile negra) do (mau) sujeito Cristão, Religioso, temente a Deus que passa a divergir (de si mesmo) a uma ironia incipiente—mais corrosiva ainda — que fornece, aliás, o pincel do (novo) sujeito que se anuncia (sujeito da dúvida). Já não se trata apenas de um quadro, mas de discurso.

A imagem de Deus, pelas mãos desse novo-velho-sujeito, passa então a ganhar nuances, matizes diferentes. Mas Deus ainda é Deus. Central, onipotente. Às vezes, indiferente... Aí, justamente aí reside a diferença. Na possibilidade (desde sempre descartada) da indiferença (que gera, ou tem por consequência, enfim, a “injustiça”) divina. Deus já não é mais tão cordato (assim como o sujeito do discurso também passa a deixar de ser!!!). Toma feições diferentes, eu diria. Acrescenta-se-lhe como que uma espécie de esboço de sorriso sarcástico, malicioso ao rosto... por obra das pinceladas de pseudoautoria que esse mau-sujeito acrescenta ao quadro.

Pois bem, não se diz que o homem foi feito à imagem e semelhança de seu Deus? Bingo! Adaptem-se tais imagens, *alors...*

Fato é que estamos diante de um exemplo claro, penso eu, da modalidade descrita por Pêcheux como “Contraidentificação” da posição-sujeito com a Forma-Sujeito que define a FD à qual está (ainda está, repito e insisto) submetido, vinculado.

Reconhece-se o mesmo quadro, ainda que se perceba nele um certo quê de diferença, nada além de umas meras pinceladas de tintas, mas de cores vivas, contrastantes, onde o resultado já não parece mais tão harmônico quanto antes...

Prossigamos em nossa análise. Vamos ao segundo exemplo de PR.

2.1 *Quem dá aos pobres... empresta? Adeus!*

Também neste, o início é exatamente igual ao PO. E não apenas o início... Fonológica e sintaticamente não há, praticamente, alteração alguma. Talvez apenas no ritmo, ou na curva melódica (que leva da afirmação à interrogação, proposital – eu diria magistral – mente). Tais diferenças são prosódicas, pois, marcadas somente via sinais de pontuação. O fato é que o pronunciável parece, em princípio, ser o mesmo. Parece...Mas não é. Nem mesmo o como e muito menos o quê se pronuncia é igual. E o sentido, então? Ah, o(s) sentido(s)... Trata-se de estratégia. Sim, explico.

Mais do que a ressonância, o que o PR propõe-se, de início, é não mais que uma captação do PO para que a subversão se dê com maior força. Sim, o que estou propondo, como já havia anunciado é, em última análise, que toda (boa) subversão parte de uma estratégia primeira de captação. Sim, desenvolvo.

Valendo-se das armas (e da força, no caso) do próprio PO é que o PR vem/passa a subverter. Uma espécie de “virar o feitiço contra o feiticeiro”...

Captar para melhor subverter.

Partindo do que fizemos na análise que antecedeu a esta, pensemos no PO e relacionemo-lo (forma e efeitos de sentido) ao PR, para ver se verificamos o já dito.

Pensemos em imagem. Novamente vejamos no que isso dá (sim, literalmente). No PO, eu diria que a imagem é tocante. Tão bela quanto singela, “inocente”, *naïf*. Homens iguais, mas com condições/necessidades diferentes. Aquele que tem a mais reparte com seu semelhante. Cena observada do alto e com muita satisfação por Deus, que se sente quase que substituído em seu “papal” pelo Homem que dá (no bom sentido). Tamanha é a satisfação desse Deus, que o mesmo passa inclusive à condição de “devedor” desse Homem, como que “anota aí no caderninho” (sim, mantenho meu estranhamento dessa ideia de dívida, empréstimo, enfim, num terreno onde deve-se, pelo menos é o que se supõe, primar pelo “valor” espiritual).

Ocorre que aqui, no PR, o “dar aos pobres” iguala-se não ao dar (ou emprestar) a

Deus, mas sim ao “dar adeus”. Num “simples” (!) artifício de linguagem, valendo-se de elementos linguísticos que instauram a incerteza (reticências e ponto de interrogação) o PR ‘brinca’ com a forma-imagem do PO pois que, ao alterar-lhe minimamente, subverte por completo sua significação. Uma espécie de imitação caricaturesca, chargística do quadro (aquele quadro “inocente”) proposto pelo PO.

A deriva é tamanha que a FD já não lhe pode mais suportar. Então, o que ocorre é que “simplesmente” o *dar a Deus* (emprestar, que seja) vira, necessariamente, um *dar adeus*.

Pronuncia-se o mesmo ainda que de maneira diferente, talvez. A forma é praticamente idêntica, a alteração é mínima, mas o efeito que produz... Devastador, eu diria. O que se diz aqui...

O provérbio bíblico (captado, inicialmente captado, insisto) transforma-se numa constatação de ordem social. Deus sai de cena. Definitivamente, marcadamente. O que fica é a certeza de que num empréstimo ou doação feita a um pobre não haverá retorno algum. A analogia antes apenas subentendida, talvez nem isso, de uma relação quase capitalista, um “toma lá, dá cá”, passa, no PR, a uma afirmação de ordem pura, meramente mercadológica, capitalista, material, enfim. Tal proposição (antes não mais que sugerida) vem à tona e, mais que isso, substitui por completo a figura de Deus. Saímos definitivamente do plano “espiritual” para o “material”, palpável, contábil, até. O pobre não tem (e nem terá) capacidade de pagar um empréstimo (qualquer que seja).

Estamos em outro domínio do dizer. Estamos, enfim, em outra FD. Não se trata aqui apenas de um mau-sujeito mas, isso sim, de outro sujeito. Um sujeito que se submete a outra Forma-Sujeito, qual seja, aquela da Oposição/Resistência ao discurso religioso/cristão. O que ocorre não é apenas um simples deslocamento na posição-sujeito. O que ocorre aqui é a desidentificação do sujeito para o dizer de outra FD.

A ideia que subjaz ao provérbio de fundo religioso, em geral, é a que apregoa a igualdade (pois, sim...) entre os Homens. Igualdade garantida pela figura de um Deus (já se disse) soberano, justo, bom, eficaz, infalível. Igualdade que emana, em última análise, do princípio de que o Homem (todo e qualquer) fora feito por Deus à Sua imagem e semelhança (do que eu, particularmente, não duvido, apenas inverteria, quem sabe, a ordem dos termos, talvez os papéis... Sujeito ou Agente da Passiva? Sujeito sempre... Meras transformações. Não mais que divagações).

Mas tentemos divagar menos (divagar, sim, mas para ir ao longe, talvez?).

Pois bem, o que se dá no provérbio relido em questão é que tal igualdade cai por

terra. Não há. Jamais haverá. Pobre é pobre. Pobre hoje, pobre sempre.

Dá-se então, pois, e isso é marcado, eu diria até enfatizado, dá-se o **apagamento da figura de Deus** (central até aqui).

O quadro é outro. Não se trata de repintá-lo, alterando um traço aqui, uma cor ou textura ali, uma perspectiva ou ponto de fuga (!) acolá. Não.

Novo pintor, nova imagem, novo quadro. Mesmos traços. Charge.

Outra técnica... Nova inspiração. Desacordo. Caricatura.

Assim, nesse novo quadro, o discurso religioso é contestado, mais que isso, é apagado de forma intencionalmente (eu diria acintosamente) marcada.

Soa igual, mas a significação é totalmente diferente. Efeito devastador, eu disse.

Desconstrução do *quantum* significativo. Desvio, deriva baseada na latência dos dizeres-imagens sotopostos, “sufocados” pela autoevidência do “desenho em relevo” (imposto pelo “acordo de olhares”, aquele), mas também presentes (pelo viés do silenciamento) no provérbio.

Sentidos-imagens em movimento, trabalhando outro terreno ideológico.

Sigamos. Vamos ao terceiro exemplo.

2.2 *Quem dá aos pobres ainda tem que pagar o motel.*

Aqui, para além da forte alteração na forma, há também (e principalmente) grande alteração no sentido. O PR desloca o discurso do terreno religioso para um tematibu, totalmente oposto a ele: o terreno sexual.

De uma representação digna de figurar no teto da Capela Sistina, passamos a um quadro barato, de uma pintura bem apropriada, digamos, à parede (suja, áspera, desbotada, descascada, até!) de um motel (de beira de estrada, de preferência).

Não havemos de descrever-lhe a imagem, pois. Se bem que seria até interessante

Por meio do duplo sentido veiculado pelo verbo dar (tendo tal sentido conotação sexual) e mais adiante também pela inserção do termo motel, o PR trabalha ainda, em princípio, a ressonância do PO, já que – como ocorre em todos os demais já analisados – o início é ressonante, só que agora totalmente ressignificado. Desde o princípio.

No novo provérbio, além de jamais poder esperar a paga de tal “doação” (que, como se supõe, é totalmente outra...) há ainda que se arcar com os meios de efetivá-la (a conta do motel). Deus, então, mais do que sair de cena, é substituído, cede seu espaço

divino ao mundano, profana-se o sagrado. Deus nem sequer é mencionado (entendendo por menção a mínima alteração na forma do PR anterior (2.1) que ainda remete à imagem deste. Ainda que o faça para, marcadamente apagá-lo. Traz de volta para mostrar que o está apagando, pode-se dizer).

O fato é que saímos da Bíblia diretamente para um motel – última palavra do PR. Afronta. Heresia. Pecado (literalmente, aliás).

Deus, centro da questão, sai de cena, insisto. Definitivamente, uma vez que não apenas deixa de ser o foco, a causa e o fim para se tornar alvo de trocadilho, numa espécie de desvio lúdico-militante (sim, eu disse que gosto de misturar) como (já dissemos) ocorre no PR anterior, mas some. Nem sequer é mencionado, já se disse (apenas se considerarmos que, via ressonância do PO no PR sua “imagem” se mantém, via Interdiscurso, pois em nível Intradiscursivo, de fato não se realiza nem é recuperável).

Assim, o sujeito – antes religioso/cristão – passa, via discurso, a um sujeito da contestação/negação/apagamento da religiosidade.

Migra para outro domínio de saber. Muda o eixo ideológico ao qual se submete.

Aqui, de novo, trata-se não de um simples Mau Sujeito, mas de um *outro* sujeito.

Um sujeito que, para além de duvidar do que prega o PO, descaracteriza-o por completo, ao mudar-lhe inclusive o significado do ato de dar. Literalmente, de novo...

A ressonância, mesmo que de início, não é mais do que ilusória.

Desidentificação, uma vez mais.

Sigamos, sem muito mais dizer, pois que muito iríamos (e vamos) nos repetir.

Vamos à análise do último dos PR propostos.

2.3 *Quem dá aos pobres cria o filho sozinho.*

Como havia dito, aqui, de início, bem que podemos propor a mesma análise do PR anterior (2.2). De início. E (apenas) no que diz respeito à estratégia de atuação do sujeito-pintor. Sim, refiro-me à alteração do sentido proposto pelo verbo dar.

Novamente, aqui, dá-se o deslizamento de sentidos pelo viés da estratégia de subversão, diríamos. Mas hei de extrapolar um pouco a análise aqui, talvez. Vamos a isso.

Sob a égide da releitura, ousou anunciar que o que vejo aqui, neste PR, é, em

última análise, um disfarce. Nada mais que um(a tentativa de) disfarce. Explico.

O sujeito da releitura procura ocultar, via estratégia de subversão, seu reacionarismo, é o que eu afirmo. Senão vejamos. Vamos à materialidade discursiva.

Pois bem, mantida uma vez mais intacta a primeira parte do PO (numa, pensava eu, estratégia primeira de captação, para que a ressonância se efetive e a força do provérbio venha à tona) aqui, para além (da conta) do motel, agora passamos à criação do filho, fruto (necessário, aliás) do ato de “dar aos pobres”.

O pobre então, além de não conseguir o imediato (pagar a conta do motel), não se preocupa em evitar a gravidez (provavelmente transa sem camisinha, enfim, não lhe importa a contracepção) e ainda foge à responsabilidade futura ao ato (a criação do filho).

Continuando na linha da ruptura/ressignificação, o que ocorre neste PR seria, então, bastante próximo do que vimos no PR 2.2. Desvio. Ruptura. Deriva. Subversão. Será?

A ruptura básica ocorre, de fato, uma vez mais, no sentido veiculado pela expressão “dar aos pobres”, diríamos. Na superfície, direi. Não mais que nela.

É fato que, ainda valendo-se do duplo sentido veiculado pelo verbo “dar”, que, como vimos, desloca desde o início o campo significativo para o terreno da sexualidade (e só até aí vai o real deslocamento), do ato sexual, propriamente dito, como que numa sequência temporal, após “pagar a conta do motel” aquela (e há uma questão de gênero aí, sexista, que diz respeito a papéis definidos socialmente, culturalmente) que porventura venha a “dar a um pobre” há de ser penalizada ao arcar (sozinha) com a criação do filho. Destrinchemos isso.

Um (homem) pobre, além de não ter meios imediatos de pagar a conta do motel, há de sair de cena – e isso diz respeito, afinal, ao seu caráter, há um julgamento, um (pre)conceito de ordem moral, e social aí envolvido, ainda que subjacente – há de fugir à responsabilidade da criação do filho fruto daquela relação. Responsabilidade que, é preciso que digamos, limita-se a *prover*, economicamente falando, o “lar”, talvez, advindo do referido ato, mas de qualquer maneira, acima de tudo, prover o sustento do(s) sujeito(s). Provedor financeiro.

Esse é, em suma, o papel do homem. O de provedor. O que, via de regra, um pobre não será, é o que afirma, afinal, o PR. E o que ele silencia?

Agora, em se tratando de *criar*, em sentido amplo, a criança fruto da mesma relação... Tal papel cabe (desde sempre e, porque sempre, parece, para sempre) à

mulher, que não está sequer “autorizada” a uma (possível, suposta, esperada, até) fuga – tal qual o pobre a quem “deu” estaria, outro sentido silenciado aqui diz respeito ao aborto, afinal de contas... Enfim, a criação do filho, afinal, há de caber àquela (e não àquele...) que dá ao pobre.

Descarta-se, silencia-se aí, no ambiente discursivo “criado” pelo PR (este e o anterior), inclusive, mais um sentido, qual seja: uma possível relação homossexual, por exemplo (uma vez que nesta, não haveria sequer o “perigo” de criar o filho *sozinha*). Preciso ir mais além, na análise, para defender o reacionarismo que propus/identifiquei inicialmente, Virtual? Creio que não, posto que só me faltou mesmo, aqui, para completar o quadro, propor esse provérbio sendo proferido/enunciado numa sessão da Câmara por exemplo, talvez por algum deputado do nosso Congresso que defenda “a moral e os bons costumes”. Talvez um líder religioso. Talvez, não sei. Imagens, apenas.

Mas voltemos à forma. Tal qual o PO, este PR é taxativo. Afirmativo. Não titubeia ou duvida. Não dá margem a maiores interpretações/especulações. Significa aquilo que traz na sua superfície (da letra maiúscula ao ponto final, como se disse, sem vírgulas e/ou reticências, sem abertura), não mais (nem menos) do que isso. Assim é que, sob a máscara de uma suposta (e efetiva, mas apenas relativa?) releitura, propõe-se subversivo, quando, na verdade, não passa é de reacionário. Não há ocultação que resista à análise (do discurso).

O que ocorre, ousou mais ainda ao dizer, o que ocorre é uma inversão, uma estratégia de subversão que visa, na verdade, à captação. Explico um pouco mais, então. Eu avisei que extrapolaria.

Ao propor-se um desvio militante (no mau sentido, se é que há) o que este PR faz, senão retroceder em termos ideológicos ao que, afinal de contas, está no cerne do AIE Religioso, mais que isso, está lá na sua formação inicial, no fundo do fundo (do fundo) de seus (muitos, e mais caros pré)conceitos?

Subverte, sim, mas para melhor captar, eu digo. Traveste-se de “novo” para trazer, fazer presente o “velho” (muito velho, mais que velho).

O sujeito aqui é um Bom (eu diria ótimo) Sujeito representante da FD de reprodução/adequação ao(s) sentido(s) naturalizado pela Ideologia que está na base do AIE Religioso. Não há fuga possível? Também não há disfarce inidentificável.

Nada resiste à Análise.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Pois então, Virtual. Concluir. Tarefa difícil esta que me propões lá, desde o início. Eu diria mesmo impossível, mas... Não sou dada a contrariar-te, então... Vejamos o que é possível fazer para produzir aqui um “efeito-fecho” de tudo o que dissemos (e silenciámos) até aqui. De acordo? Eu sabia que sim.

Feito nosso longo exercício-conjunto (pra mim, é o que fizemos até aqui, é o que fazemos, é o que faremos sempre, afinal) o que nos ficou? O exercício! O que nos fica de uma análise? A análise! Mas isso seria simplificar demais, é verdade. E nós bem que gostamos é de complicar, eu sei, Virtual. Tens razão. Dizem que toda análise visa à síntese, não é? Sintetizemos nossa jornada, então.

Ao olhar (esse é o termo) mais de perto os Provérbios (eles-mesmos) e suas Releituras (elas-mesmas, por que não?) enquanto objeto significativo, mais que isso, enquanto discurso, mobilizando, pondo em ação alguns dos (muitos) conceitos propostos pela AD, foi-nos possível, creio eu, verificar, talvez identificar uma espécie de funcionamento discursivo dos mesmos, qual seja: a superposição (pelo viés do apelo à proposição preferencialmente metafórica/imagética) de camadas significativas, compondo o que propusemos constituir, em última análise, um “quadro significativo” que supõe um “acordo de olhares” para que signifique, para que atinja o efeito de sentido pretendido, da evidência/naturalidade ou da contestação (trabalho da ideologia). Parece-me, Virtual, que a capacidade significativa de tais exemplares de linguagem é (tamanho e) somente possível, nos termos e na dimensão em que ocorre, dada sua característica mais marcante ser exatamente essa: a de um discurso mormente imagético, que prefere *mostrar* a *dizer*. Processo de significação que tem por propriedade o apelo à imagem que, propus aqui, não é apenas linguística (se é que algo possa ser apenas linguístico..), tampouco (eu diria muito menos) somente pictórica, mas uma mescla de ambas. O recurso é imagético, mas a imagem pinta-se via língua. Daí preferir languageiro a linguístico. Talvez a superposição de camadas de significação, (que implica saberes/dizeres ocultos, em latência contínua) que foi, afinal, o que propusemos enquanto processo, propriedade do funcionamento proverbial explique o fato de dizerem tanto de maneira tão sintética. “Uma imagem vale mais que mil palavras”...

Para além da característica marcante da “composição do quadro”, ocupando-nos

do processo de desvio (releitura) percebemos/identificamos duas (principais) estratégias em que este se sustenta. Interessamo-nos pela subversão. Não à toa, é verdade. Verificamos que não é (nada é) tão simples assim... Há subversões que não passam de reacionarismo, há subversões com seu quê reacionário eu disse? Também há de haver (discursos e sujeitos) reacionários-subversivos.

Mostramos isso, aqui, por meio da análise de discursos para lá de dados, postos, cuja significação é mais do que dada, (im)posta. Desde tempos imemoriais, aliás, como dissemos. Dizeres “naturais” mostraram-se aqui, passíveis e prestáveis à mudança, ao desvio, à deriva. Mostraram-se potencialmente migrantes, provando o que desde o início propusemos, que, afinal de contas: “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

O mesmo traz em si o germe do diferente, insisto. Isso vale para os PO e também para os PR. Isso sim, afinal de contas, é algo democrático.

As camadas de significação superpostas, responsáveis, dissemos, pela enorme capacidade significativa contraposta à sinteticidade das formas proverbiais também explicariam os inúmeros pontos de fuga (para seguir a analogia do quadro) a possibilidade de mudança, desvio, deriva, novos sentidos que vêm à tona, teimam em vir, eu diria (para que haja superposição deve haver sotoposição, afinal)

Assim, e por tudo isso, é que, por mais que tentemos aprisionar um discurso (seja ele qual for, mas aqui, em específico, os dizeres proverbiais) ou qualquer outra construção que clame por significação aos grilhões da definição/delimitação, há sempre, como sempre houve e haverá, o furo, a brecha, a falha no ritual que, fugindo ao pleno assujeitamento, possibilita a multiplicidade, a inquietude, a irrequietação, que aponta para a mudança, que condiciona, enfim, o dizer.

Afinal, se os sentidos fossem únicos e evidentes, não haveria a necessidade de dizer, de significar...

Dizemos isto ou aquilo, assim ou assado, é questão, como vimos, mais do que de “escolha”, de capacidade, de possibilidade...

Mas isso já é voltar a outra (mesma, desde sempre, para sempre) questão. Discurso.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- BARROS, Manoel de. *Poesia Completa*. São Paulo, Leya, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: *Langages*, n. 62. p. 9-128, jun. 1981.
- DAVALLON, Jean. “A imagem, uma arte de memória”. In: ACHARD, Pierre. *Papel da Memória*. Campinas, Pontes, 1999.
- GRESILLON, Almuth; MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, proverbe et détournement, ou un proverbe peut en cacher un autre. In: *Langages*, n. 73. p. 112-125, mar. 1984.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.
- _____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMAN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.
- OBJETIVA. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Brasil, Objetiva, 2002. Windows 95.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas, Pontes, 2003.
- _____. *Formas do Silêncio*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2009.
- _____. *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. São Paulo, Pontes, 1997.
- _____. *Análise Automática do Discurso* (1969). In: GADET F.; HAK, T. (Org.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.
- ROCHA, Regina. *A Enunciação dos Provérbios*. São Paulo, Annablume, 1995.
- SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1993.
- TFOUNI, Leda V. *Letramento e Alfabetização*. São Paulo, Cortez, 2006.